



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 28/05/2018.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 17

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

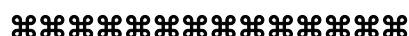
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Melina Monteiro Mira Domingues.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro comunicou em 28/05/2018, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que, por motivos de índole pessoal, estará ausente no período compreendido entre os dias 28 de maio a 1 de junho de 2018, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pela candidata imediatamente seguinte da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Melina Monteiro Mira Domingues.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Cristina Letra Faustino Guerra não esteve presente, considerando-se justificada a sua falta.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**1. Sr. Roberto Carlos Moleirinho Batista** – pretende fazer a apresentação e prestar esclarecimentos relativos ao funcionamento da Associação Arioso – Conservatória de Artes da Marinha Grande.

**2. Sr.<sup>a</sup> Anabela da Silva Martins** – pretende voltar a abordar o assunto referente ao caniço que se encontra no apartamento por cima do seu.

**3. Sr. Joaquim Carreira Gomes Grilo** – pretende voltar a falar sobre a falta de conclusão do alcatroamento da estrada das matas que liga o Pilado à estrada Marinha Grande/Vieira de Leiria.

**4. Sr. Miguel Bastos André** – pretende falar sobre a garagem que se encontra no Largo das Antigas Serrações e sobre a falta de informação relativamente ao seu pedido de ocupação de espaço público com estrutura em madeira no Largo das Antigas Serrações em S. Pedro de Moel.

5. **Sr. Pedro Cristóvão Filipe Bernardo** – pretende falar sobre o Proc. N.º 535/17.
6. **Sr. Francisco José Almeida Gomes** – pretende falar sobre o abastecimento de água ao Parque Aquático da Praia da Vieira.
7. **Sr. Artur Pereira de Oliveira** – pretende continuar a abordagem da reunião camarária do dia 30/04/2018, sobre os lotes adquiridos à Câmara em 1965 e 1973, e sobre o acordo de permuta destes, celebrado em 1976, cujo processo se encontra em Tribunal.
8. **Sr. Pedro Melo, em representação da Moher** – pretende falar sobre várias situações referentes à localidade e à praia de S. Pedro de Moel, designadamente rampa de acesso à praia e Centro Azul.

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Intervenção dos membros do executivo

## **ORDEM DO DIA**

### **CÂMARA**

1. Aprovação da ata n.º 14, da reunião ordinária do dia 30 de abril de 2018
2. Aprovação da ata n.º 15, da reunião extraordinária do dia 08 de maio de 2018

### **FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**

3. Resumo de Tesouraria do dia 22 de maio de 2018
4. Doação da peça “DESFRAGMENTAÇÃO” de Maria Regina Martins Ramos, destinado a integrar o acervo do Museu do Vidro.
5. Doação da peça “VÓO” de Regina Lara Silveira Mello destinado a integrar o acervo do Museu do Vidro.

### **TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS**

6. Isenção do pagamento de taxas
7. Ratificação do despacho da Presidente da Câmara datado de 22 de maio de 2018 – Isenção de taxas pela emissão de licença especial de ruído e autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

### **RECURSOS HUMANOS**

8. Procedimento concursal comum para ocupação de 4 postos de trabalho por tempo indeterminado na categoria de assistente operacional – área da educação. Autorização para prosseguir com o recrutamento.

### **OBRAS PÚBLICAS**

9. Requalificação da Rua e Travessa das Andorinhas - Cedência 10,6m² de terreno do Sr. Ramiro de Gouveia Freire
10. Requalificação da Rua e Travessa das Andorinhas – Cedência de 171,00m² de terreno do Sr. José Manuel de Jesus - Alteração de condições

11. Requalificação da rua e travessa das Andorinhas – Concurso público n.º 20/2016 - Aprovação de alteração de peças desenhadas e trabalhos a menos.
12. Requalificação da EB Guilherme Stephens – Concurso público n.º 16/2017 - Aprovação de trabalhos a mais e de suprimento de omissões. Aprovação de minuta de contrato
13. Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoinha Velha - Concurso público n.º 20/2017 - Aprovação de trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões e Trabalhos a mais. Aprovação de minuta de contrato
14. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 4 - Concurso público n.º 19/2017 - Trabalhos de suprimento de erros e omissões. Aprovação de minuta de contrato

#### **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**

15. E/801/2018 - Pedido para colocação de sinalização de trânsito para um lugar de estacionamento destinado a Pessoa Portadora de Deficiência
16. Req.º nº 1119/17, datado de 27/06/2017 - Proc.º n.º 264/17, datado de 27/06/2017 - Artur de Faria
17. Req.º nº 1545/17, datado de 04/09/2017 - Proc.º n.º 181/17, datado de 05/05/2017 - António Emílio dos Santos Oliveira
18. Req.º nº 569/18, datado de 20/03/2018 - Proc.º n.º 464/17, datado de 19/10/2017 - Marco António Duarte Alves Laranjeira
19. Req.º nº 793/18, datado de 23/04/2018 - Proc.º n.º 505/17, datado de 13/11/2017 - Raul Pedrosa Armindo e Hermínia da Conceição Ribeiro Pedrosa
20. Req.º nº 2204/17, datado de 28/12/2017 - Proc.º n.º 412/15, datado de 05/11/2015 - Délio Domingos de Jesus Fernandes
21. Req.º nº 603/18, datado de 23/03/2018 - Proc.º n.º 65/17, datado de 21/02/2017 - Fátima Lusía Dias da Silva Natário, Rudolfo Dias Natário e Sandra Dias Natário
22. Req.º nº 253/18, datado de 12/02/2018 - Proc.º n.º 182/17, datado de 08/05/2017 - Lino Gomes Pedro
23. Req.º nº 678/18, datado de 05/04/2018 - Proc.º n.º 85/17, datado de 10/03/2017 - CONSTRUMANÇOS - Sociedade de Construções e Imobiliária, Lda.
24. Req.º nº 859/18, datado de 04/05/2018 - Proc.º n.º 303/17, datado de 18/07/2017 - Industrial Desportivo Viegrense
25. Req.º nº 725/18, datado de 13/04/2018 - Proc.º n.º 131/18, datado de 13/04/2018 - Hélder Carlos de Sousa Morgado
26. Req.º nº 2052/17, datado de 30/11/2017 – PC N.º 535/17, datado de 30/11/2017 – Pedro Bernardo - Estruturas e Moldes Unipessoal Lda
27. Req.º nº 915/18, datado de 09/05/2018 – PC N.º 182/15, datado de 06/02/2015 – ITL Investimentos Turísticos Lda.
28. Req.º nº 209/18, datado de 06/02/2018 - Proc.º n.º 33/18, datado de 06/02/2018 - Marco António Duarte Alves Laranjeira
29. Req.º nº 205/18, datado de 05/02/2018 - Proc.º n.º 456/17, datado de 16/10/2017 - Mário Carvalheiro da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz
30. Req.º nº 1106/17, datado de 26/06/2017 - Proc.º n.º 263/17, datado de 26/06/2017 - Maria da Conceição Pedrosa
31. Req.º nº 959/18, datado de 18/05/2018 - Proc.º n.º 190/18, datado de 18/05/2018 - Tradilusa - Empreendimentos Imobiliários Lda
32. Req.º nº 784/18, datado de 20/04/2018 – PC N.º 554/17, datado de 14/12/2017 – Tradilusa - Empreendimentos Imobiliários Lda
33. Req.º nº 872/18, datado de 07/05/2018 - Proc.º n.º 164/18, datado de 07/05/2018 - Rui Manuel Ramos dos Santos

- 34. Req.º nº 837/18, datado de 30/04/2018 - Proc.º nº 224/17, datado de 31/05/2017 - Maria de Lurdes Moleirinho Ferreira da Cruz e Amílcar Leal da Cruz
- 35. Req.º nº 949/18, datado de 16/05/2018 - Proc.º nº 371/17, datado de 14/08/2017 - Cassilda Vieira de Sousa do Rosário
- 36. E/3990/2018 - Pedido de ocupação de espaço público para retirada da rede elétrica apoiada em fachada
- 37. E/4307/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica
- 38. Req.º nº 637/18, datado de 28/03/2018 - Proc.º nº 267/2018, datado de 28/03/2018 - Ana Cristina da Costa Morais Roldão de Aguiar Enes
- 39. Req.º nº 650/18, datado de 02/04/2018 - Proc.º nº 114/18, datado de 02/04/2018 - Telmo João Ventura Antunes Armindo e Amélia Emília Pereira da Silva Figueiredo
- 40. Req.º nº 533/18, datado de 15/03/2018 - Proc.º nº 224/2018, datado de 15/03/2018 - Liliana Sofia Ferreira Leal
- 41. E/3644/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica

#### **RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO**

- 42. Pedido de indemnização por danos causados em pneu e jante de viatura automóvel – Requerentes: Adriana Catarina Santos Francisco e Manuel António Pereira Cortes – Responsabilidade civil – Deferimento.
- 43. Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos materiais em veículo automóvel - Requerente: Ana Cristina Garcia Neves – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia

#### **AÇÃO SOCIAL**

- 44. Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande - Retificação de incorreções e erros manifestos.
- 45. Habitação social – Praceta da Liberdade, Bloco 3, 3.º Direito, Casal do Malta - Transmissão *ope legis* por falecimento da titular do contrato Anabela Mendes Ferreira ao filho José Manuel Ferreira Borges - Falta de uso do locado e falta de pagamento das rendas - Incêndio no locado - Resolução do contrato - Falta de alegações - Decisão final.
- 46. Habitação social - Rua Adriano Marques Nobre, 79, Camarnal - Falta de pagamento das rendas - António José Jesus Bonita - Projeto de resolução do contrato de arrendamento - Falta de alegações - Decisão final.
- 47. Apreciação de candidaturas apresentadas no 4º trimestre de 2017 e de candidaturas apresentadas no 3º trimestre de 2017, sujeitas a audiência prévia, relativas ao incentivo à natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande
- 48. Atualização bienal de renda de habitação social referente a Leonel Domingues Gentil.
- 49. Atualização bienal de rendas de habitação social para entrada em vigor a partir de agosto do corrente ano – Judite da Conceição Santos Vieira
- 50. Celebração de acordo de regularização de dívida em nome de José Manuel Rodrigues, arrendatário residente na Rua Júlio Braga Barros, blc 5 -1º A - Casal de Malta.
- 51. Celebração de acordo de regularização de dívida em nome de Vitor Manuel Louraço Raimundo, arrendatário residente na Praceta da Liberdade, blc 1 -r/ch dtº Casal de Malta.
- 52. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Vitor Manuel Rodrigues Nobre, inquilino residente na Praceta da Liberdade, blc 1 - 3º esq, Casal de Malta por motivo de alteração do rendimento do agregado familiar.

- 53.** Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Maria Celeste Pedroso Marques, inquilina residente na Praceta da Liberdade, blc 8, 2º esqº, Casal de Malta por motivo de alteração do agregado familiar e rendimento mensal
- 54.** Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Maria Cristina Pereira Rosa, inquilina residente na Praceta da Liberdade, blc 1, 3º dtº, Casal de Malta por motivo de alteração do rendimento mensal
- 55.** Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Ana Luísa Morgado Tocha, inquilina residente na Praceta da Liberdade, blc 7, 3º dtº, Casal de Malta por motivo de alteração do agregado familiar e rendimento mensal
- 56.** Aprovação do programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade - 2018/2021
- 57.** Proposta de admissão da candidatura da Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos para o funcionamento do Ginásio do Cérebro Sénior, decorrido o prazo de audiência prévia.

#### **PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA**

- 58.** Casa da Cultura Teatro Stephens - Pedido de cedência para o dia 29 de junho apresentado pelo Sport Operário Marinhense.
- 59.** Proposta de fixação de preços de bilhetes para espetáculos de setembro a dezembro de 2018 na Casa da Cultura Teatro Stephens.
- 60.** Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 para realização das marchas populares da Marinha Grande.
- 61.** Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 – SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel – Verão cultural de S. Pedro de Moel 2018.
- 62.** Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 – Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira – Passagem de ano 2018/2019 na Praia da Vieira.

#### **TEMPOS LIVRES E DESPORTO**

- 63.** Apoios e Patrocínios - Festas da Cidade 2018 - Distrigrande/Intermarché Marinha Grande
- 64.** Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo - Atlético Clube Marinhense - Apoio à construção de dois relvados sintéticos de futebol de sete - Pedido de revisão do contrato - Alteração superveniente e imprevista de circunstâncias - Venda dos campos de jogos.
- 65.** Audiência prévia da candidatura do Clube de Atletismo da Marinha Grande – 1º Meeting de lançamentos Cidade de Cristal - Apreciação de alegações - Proposta de admissão
- 66.** Atribuição de apoio – Clube Automóvel da Marinha Grande - Rallye Vidreiro Centro de Portugal - Marinha Grande

#### **EDUCAÇÃO**

- 67.** Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados - Escolas do 1º ciclo e jardins de infância do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente - Ano letivo 2017/2018 - 2ª fase
- 68.** Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados - Escolas do 1º ciclo e jardins de infância do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente - Ano letivo 2017/2018 - 2ª fase
- 69.** Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados - Escolas do 1º ciclo e jardins de infância do Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria - Ano letivo 2017/2018 - 2ª fase



## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**1. Sr. Roberto Carlos Moleirinho Batista** – leu a sua intervenção, que fazia a apresentação da Associação Arioso – Conservatória de Artes da Marinha Grande, fundada em outubro de 2017, por marinhenses, direccionada para o ensino artístico, designadamente da música. Referiu que estabeleceram parcerias com três entidades (Associação Tocánder, Associação Tempos Brilhantes e S.O.M.), enumerando os benefícios que cada uma traz para a Associação Arioso. Têm a sua sede nas instalações do S.C.M.

Por considerar que na última reunião da Câmara houve alguma desinformação sobre o ensino artístico e o ensino articulado, prestou alguns esclarecimentos, embora tenha referido que não se sabe como será o próximo ano letivo.

Terminou a intervenção dizendo que esperam ser uma mais-valia e agradeceu o apoio da CMMG com o seu parecer.

**2. Sr.ª Anabela da Silva Martins** – voltou a abordar o assunto referente ao caniço que se encontra no apartamento por cima do seu, referindo que recebeu uma nota informativa da Câmara a dizer que foram ao local, mas não lhe foi dado acesso aos documentos, pelo que considera inadmissível ter que reclamar para os obter. Terminou dizendo que agradecia à Sr.ª Presidente o empenho com que tratou a situação e a forma como a tratou a si na última reunião de Câmara.

**3. Sr. Joaquim Carreira Gomes Grilo** – inscreveu-se para voltar a falar sobre a falta de conclusão do alcatroamento da estrada das matas que liga o Pilado à estrada Marinha Grande/Vieira de Leiria.

O município desistiu da inscrição.

**4. Sr. Miguel Bastos André** – inscreveu-se para falar sobre a garagem que se encontra no Largo das Antigas Serrações e sobre a falta de informação relativamente ao seu pedido de ocupação de espaço público com estrutura em madeira no Largo das Antigas Serrações em S. Pedro de Moel.

O município desistiu da inscrição.

**5. Sr. Pedro Cristóvão Filipe Bernardo** – pretende saber, na qualidade de sócio da empresa Pedro Bernardo - Estruturas e Moldes Unipessoal Lda, o ponto de situação do Proc. N.º 535/17, referente à construção de um pavilhão industrial na Moita.

**6. Sr. Francisco José Almeida Gomes** – referiu que, na sequência da sua presença na última reunião de Câmara do dia 14 de maio, não obteve resposta da Câmara, pelo que pondera fechar ao público o parque aquático da Praia da Vieira. É uma entidade privada mas que presta um serviço público à população do concelho. Há preços da água diferentes para empresas e particulares, e há cerca de 30 anos que as empresas marinhenses estão a ser discriminadas. Aquilo que pede é para pagar a água ao preço de toda a população. É a ERSAR que diz que é ilegal. Referiu que se a situação se mantiver até ao final do mês irá agir em defesa do interesse da população da Vieira, do concelho da Marinha Grande e do turismo.

Terminou deixando as seguintes questões:

- Será que o Mariparque não é importante para o desenvolvimento económico da freguesia de Vieira de Leiria e do concelho? Se não for importante irão fechar.
- Este tarifário tem 30 anos. A Câmara quer ou não alterá-lo?

Agradece a resolução do seu problema.

**7. Sr. Artur Pereira de Oliveira** – pretende apresentar um pedido de esclarecimentos à Sr.<sup>a</sup> Presidente, na sequência da reunião havida com os Srs. Vereadores, em que ficou de apresentar toda a documentação sobre o processo dos lotes adquiridos à Câmara em 1965 e 1973, e sobre o acordo de permuta destes, celebrado em 1976, cujo processo se encontra em Tribunal. Estranhou que antes de a Câmara Municipal reunir para decidir se retirava ou não o processo do Tribunal o seu advogado tenha sido contactado pelo advogado da Câmara para que retirasse o processo. Estranhou, por isso pretende saber porquê, uma vez que o combinado era a Câmara reunir, discutir, e só depois o advogado da Câmara seria chamado para contactar o seu advogado. Não compreende porque se comprometeram a fazer uma coisa e depois fazem outra. Está a pagar o seu advogado, com o seu dinheiro, enquanto o advogado da Câmara é pago com o dinheiro de todos. Fica a aguardar resposta.

**8. Sr. Pedro Melo, em representação da Moher** – falou sobre várias situações referentes à localidade e à praia de S. Pedro de Moel, designadamente:

- A rampa de acesso ao café da praia, que estão dispostos a fazer se a Câmara autorizar;
- Centro Azul, cujas condições não são dignas do concelho da Marinha Grande, e agora vão receber ali a organização do rallye vidreiro;
- Acesso à praia: o desnível é muito grande, dia 1 de junho abre a praia e o acesso é difícil. S. Pedro de Moel está um caos e logo agora que está prestes a começar a época balnear.

Terminadas as intervenções do público, a **Sr.<sup>a</sup> Presidente** respondeu o seguinte:

- Sr. Roberto – não fez perguntas à Câmara, tendo esclarecido e exposto a matéria sobre o ensino artístico na Marinha Grande, pelo que registou as suas palavras.
- D. Anabela – soube que veio pedir a informação sobre o seu assunto. Os serviços responderam de acordo com o que está regulamentado, mas ao verificar que era pessoa interessada no processo foi contactada para vir buscar o documento, sem custos. Deveria ter vindo levá-lo no dia 18, não veio, houve dois contactos telefónicos que não atendeu. Na última reunião já lhe deu as informações sobre as diligências efetuadas, e por isso pensou que o assunto estava esclarecido. Neste momento tem os documentos à sua disposição. Em relação ao seu tratamento na última reunião, o que disse foi que respeita o público e os presentes nesta sala, e todos devem fazer o mesmo. A D. Anabela teve o seu período de intervenção, fez comentários no seu lugar e foi por isso que lhe pediu para ter respeito. Neste momento a **D. Anabela** começou a protestar.  
A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** respondeu que já teve os seus 5 minutos, devendo depois aguardar a resposta a que tem direito.  
A **D. Anabela** informou que já levantou os documentos.

Seguidamente a **Sr.<sup>a</sup> Presidente** deu a palavra ao **Sr. Vereador Carlos Caetano**, que deu as boas-vindas à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Melina Domingues e respondeu o seguinte no âmbito das suas áreas:

- Sr. Pedro Bernardo – informou que o processo está hoje presente na reunião, para ser deferido, uma vez que só faltava o parecer da APA e ele chegou no dia 4 de maio.



- Dr. Almeida Gomes – a **Sr.ª Presidente** referiu que uma vez mais registou as suas questões, que já vêm do anterior mandato, e disse que respeita a sua importância para o concelho, e que se fosse fácil dar cumprimento à deliberação tomada com certeza que ela já teria sido posta em prática. Propôs realizar uma reunião consigo, com todos os Vereadores e com os técnicos com intervenção nesta matéria, para se encontrar uma solução. Vai ver uma data para se sentarem todos à mesa, porque o caminho não é fácil.
- Sr. Artur Oliveira – a **Sr.ª Presidente** referiu que no final da última reunião de Câmara todos os Vereadores o ouviram. O processo está em Tribunal e a Câmara tem que aguardar uma decisão. O contacto do advogado não teve que ver com esta reunião, tem apenas a ver com uma questão de contactos entre os dois escritórios de advogados. A Câmara não se comprometeu a fazer uma coisa e depois fez outra. A Câmara tem que esperar a decisão do Tribunal e depois atuar em conformidade, pelo que irá aguardar, sabe que está em fase final, e depois acatará essa decisão e falará com o Sr. Artur.
- Sr. Pedro Melo – a **Sr.ª Presidente** referiu que colocou questões sobre S. Pedro de Moel. Estão a decorrer obras de manutenção dos bancos da praça, da vedação dos campos de ténis, dos corrimãos por cima do café da praia e outros arranjos também associados aos acessos à praia e noutros locais de S. Pedro e também na Praia Velha, na fixação de passadiços. Também as Pedras Negras e a Praia da Vieira estão abrangidas por este procedimento de reparações e manutenções. Os serviços estão a fazer um estrado para permitir o acesso à praia.
- Centro Azul – a informação que tem dos serviços é que o projeto está em execução, deverá estar pronto em janeiro próximo, para depois lançar a obra e estar pronto para o próximo ano. É este o planeamento previsto.
- Rotunda da Nazaré – o **Sr. Vereador** informou que irá abrir a moradores a Rua Aníbal Bettencourt, e vai ser limpa a zona, nos topos, e arranjada a rotunda.
- Retirada de areia no acesso à praia – a **Sr.ª Presidente** disse que tem a informação de uma volta de mar no dia 29 e depois vai-se ver como ficará. Nestas duas últimas semanas foi à Praia da Vieira e a S. Pedro com dois responsáveis, o Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, para se ver o que podem auxiliar na resolução destes problemas do concelho.
- Árvores – as árvores da praça em S. Pedro foram vistas pelos serviços camarários, que identificaram 4 que necessitam de intervenção, e vai-se ver se se conseguem manter todas ou se algumas terão que ser substituídas por tramagueiras.



#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu as boas-vindas à Sr.ª Vereadora Melina Mira Domingues desejando a sua boa integração nos trabalhos da Câmara Municipal. De seguida deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

**A Sr.ª Vereadora Melina Mira Domingues agradeceu as palavras da Sr.ª Presidente e referiu o seguinte:**

***“Bandeira azul***

*Não termos bandeira azul nas praias da Vieira e S. Pedro há 20 anos. Gostaria de saber se é uma questão para manter da parte da camara, e se isto preocupa a camara. A Quercus galardoou as praias de S. Pedro pela qualidade excelente das aguas balneares, que era um argumento da Sra. Presidente para não termos bandeira azul. Por isso a minha questão se não conseguimos porque não nos candidatamos ou se há algum outro motivo. Gostaria também que informasse se algo depende dos municípios que eles próprios possam ajudar.”*

**A Sr.ª Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- Recebeu um e-mail de um município com uma denúncia sobre a situação de um animal na Rua Vasco da Gama com a Av.ª 1.º de Maio. Parece-lhe uma situação grave, pelo que pretende saber o que foi feito.
- Seguidamente proferiu a seguinte declaração, que se reproduz, referente ao seu impedimento nos assuntos relativos à Junta de Freguesia da Marinha Grande:

*“Exmª Srª Presidente,  
Srs. Vereadores,*

*Tendo em conta a postura assumida pela Srª Presidente da Câmara na reunião do passado dia 16 de Abril e a informação técnica agora prestada pelo responsável do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal da Marinha Grande Dr. Miguel Crespo no que concerne ao impedimento da Srª Vereadora Lara Lino de deliberar em assuntos que digam respeito à Junta de Freguesia da Marinha Grande, as vereadoras da CDU informam esta Câmara Municipal do seguinte:*

*1 - Continuam a condenar a postura da Srª Presidente da Câmara naquela reunião de 16 de Abril já que impediu a vereadora Lara Lino de intervir sobre assuntos atinentes às três Juntas de Freguesia, no período antes da ordem do dia, o que é manifestamente ilegal conforme resulta, aliás, da dita informação técnica;*

*2 - Fê-lo sem dar qualquer explicação, de direito ou de facto, o que se impunha logo nesse momento!*

*3 – Tal postura, para além de verdadeiramente lamentável numa Presidente de Câmara, revela uma total irresponsabilidade no desempenho do cargo!*

*4 - Só agora, e só depois de solicitado pelas vereadoras da CDU, é que a Srª Presidente fez chegar uma informação sobre o assunto, permitindo que pairasse no ar, durante todo este tempo, uma suspeição sobre a vereadora que foi propositada e é de lamentar;*

*5 - Adianta-se, desde já, que o documento subscrito pelo Chefe de Divisão Jurídica não constitui nenhum “parecer jurídico” mas apenas e tão só uma mera “informação técnica”!*

*6 - Relativamente a tal informação, as vereadoras da CDU afirmam o seguinte:*

- *Discordam do conteúdo da informação prestada;*
- *Na verdade, aceitar a tese de impedimento, em geral e abstracto, isto é, para todo e qualquer ato administrativo, nomeadamente os que, no caso vertente, envolvam a Freguesia da Marinha, afigurasse-nos como uma grosseira violação dos direitos legal e constitucionalmente consagrados aos eleitos. Do nosso ponto de vista há uma tentativa clara, ilegítima e inconstitucional de condicionar a ação da Srª Vereadora Lara Lino enquanto membro do órgão executivo. Repare-se que o n.º 1 do artigo 70.º do novo Código de Procedimento Administrativo (doravante CPA)*

remete para o próprio titular do órgão da Administração Pública a comunicação ao presidente do órgão colegial da situação de impedimento. A iniciativa tem, assim, de partir «daquele sobre quem recai o impedimento» de molde a «limitar o risco de poder ser violado o princípio da imparcialidade, no plano subjetivo ...»). Vide Anotação ao art.º 70.º do Novo CPA, Almedina, 2015, Gonçalves, Fernando et al. Acontece, ainda, que a Srª vereadora Lara Lino nem sequer é detentora de cargo de gestão ou direção na dita empresa que tem o contrato com a Freguesia da Marinha Grande, mas uma mera técnica assalariada que tem de exercer as suas funções com subordinação de direção e autoridade. O «interesse» a que se referem as alíneas a) a c) do nº 1 do art.º 69.º do CPA, até porque dele e ao caso é suscetível de resultar limitação ao exercício de direitos fundamentais, não pode ser um qualquer, geral e abstrato, mas antes direto, específico, concreto e concretizado (suficientemente com o pedido de escusa ou cabalmente demonstrado por terceiro que suscite o incidente). Concretizado ainda o bastante para que se afira da proporcionalidade entre o impedimento que dele resulta e o bem jurídico a proteger – a isenção na atividade administrativa.

- Por tudo isto ninguém toma por impedidos, em abstrato, de participar na discussão e decisão de processos (em abstrato também) os agentes da administração pública em que seja parte a sua entidade patronal. Aliás, se de outra forma fosse, tratar-se-ia de uma incompatibilidade, no mínimo, e não de mero impedimento e aquelas, as incompatibilidades, estão concretamente determinadas na lei.
- Além do mais, não houve, ainda, qualquer decisão da Srª Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande no sentido do dito impedimento!
- Mesmo figurando que a há, desde já afirmamos que a mesma constitui manifesto abuso de poder e atenta contra a letra e o espírito da lei.
- Na verdade, trata-se de uma decisão proferida em geral e abstrato, impeditiva de um membro do órgão intervir em processos (também em geral e abstrato) que se refiram ou em que sejam parte as freguesias (como pretendia a Srª Presidente), ou a freguesia da Marinha Grande (como defende a informação técnica), com o exclusivo fundamento de esse membro ser trabalhador por conta de um prestador de serviços a essa freguesia, sem funções de gerência ou direção!
- E mesmo que a duração do seu contrato de trabalho esteja diretamente correlacionada com a do contrato de prestação de serviços em que são parte a dita freguesia e a sua entidade patronal, a decisão, reitera-se, é manifestamente abusiva e atentatória da letra e do espírito do legislador!
- Até vamos mais longe: nem que a srª vereadora fosse funcionária da Junta de Freguesia da Marinha Grande, se poderia concluir que a mesma, em abstracto, estava impedida de deliberar sobre assuntos da mesma!
- A aplicar-se extensivamente este raciocínio, quer o da Srª Presidente quer o vertido na informação técnica – os quais têm tanto de absurdo como de infundamentado – então, por maioria de razão, um membro de um órgão executivo que seja professor ou trabalhador não docente de uma escola pública, não pode participar em nenhum ato administrativo que envolva o Ministério respetivo! Ou se for funcionário das Finanças com esse Ministério! Ou se for médico, técnico superior de saúde ou enfermeiro, administrativo ou operacional em estabelecimento público de saúde com o Ministério da Saúde, etc.
- Este raciocínio levar-nos-ia ao absurdo de impedir, por exemplo, que um presidente de junta de freguesia pudesse participar na discussão e votação na assembleia municipal de atos administrativos que envolvam também a sua freguesia, tais como, por exemplo, os contratos de delegação de competências (contratos interadministrativos) consagrados no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Capítulo II, art.º 116.º e seguintes).

- *Os impedimentos são declarados para atos concretos e não para matérias em geral e abstrato!*

*Assim, as vereadoras da CDU reiteram considerar não existir qualquer impedimento ou incompatibilidade da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara Lino no que concerne a qualquer assunto visando as Juntas de Freguesia do Concelho da Marinha Grande, pelo que irá continuar a pronunciar-se, comentar e deliberar qualquer tema a elas atinentes.*

*As vereadoras,  
Lara Lino,  
Alexandra Dengucho”*

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes bem como os que assistem em casa, e referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:**

- Associação Arioso – veio dar-se a conhecer, pelo que agradece o esclarecimento. Pena a Sr.<sup>a</sup> Presidente não ter deixado qualquer indicação sobre o apoio da Câmara.
- D. Anabela – não sabe que mais lhe dizer senão ouvi-la e pedir que a Câmara lhe dê as respostas.
- Dr. Almeida Gomes – leu o e-mail que enviou à Sr.<sup>a</sup> Presidente, em que pedia o ponto de situação sobre o cumprimento da deliberação da Câmara Municipal e do porquê do não cumprimento. Não obteve até agora qualquer resposta, assim como o munícipe também ainda não teve qualquer resposta. A resposta da Sr.<sup>a</sup> Presidente é que vai reunir, o que é lamentável, como também é lamentável e uma falta de respeito para com uma Vereadora, o que regista.
- Sr. Artur – se as partes, particulares, se entenderem, poderão acordar e pôr fim ao processo.
- Pedro Melo – sobre o Centro Azul a Sr.<sup>a</sup> Presidente disse que lamenta e que gostaria que estivesse já a funcionar. É ridículo, porque até parece que não esteve aqui antes. Ainda bem que veio cá o Secretário de Estado, pena que o resultado seja zero. Assim como acontece com a mata.

**Tendo em conta que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

*“- Começo por parabenizar a equipa feminina de Andebol da SIR 1º de Maio pela sua presença na final da Taça de Portugal em Andebol que, pese embora não ter ganho, é de enaltecer e muito nos orgulhar, sendo certo que garantiu a presença na Challenge Cup (aliás, pelo 2º ano consecutivo) e a disputa da Super Taça 2018/2019;*

*- Os meus parabéns também, e mais uma vez, ao Clube de Atletismo da Marinha Grande para o qual eu gostava muito que este executivo com pelouros olhasse, realmente, “com olhos de ver”! Rodrigo Agostinho – campeão distrital de Júniores no salto em comprimento e no triplo salto; Pedro Fernandes – 3º lugar distrital no salto em comprimento; parabéns também ao Miguel Félix (infantis) e ao João Gonçalves (iniciados) vice campeões distritais numa prova muito interessante chamada de “o Atleta Completo Distrital”. O Miguel foi vice campeão no conjunto das 5 provas que fez e o João no conjunto de 7 provas que fez! E também no Triatlo (prova exigentíssima, como todos sabemos), estamos a dar cartas: parabéns à Matilde Batista(2º lugar) e à Carolina Santos (3º lugar). Já tinha parabenizado o David Pereira! E parabéns à Maria João Esteves e ao Rodrigo Santiago seleccionados para representar a selecção de Portugal no Troféu Ibérico a realizar em Abrantes!*

*Parabéns naturalmente a todos os treinadores e aos dirigentes destes clubes, carolas que voluntariamente se dedicam a fazer com que o Desporto faça parte da vida das nossas crianças e jovens! Como vereadora, aqui parabenizo quem sobe aos pódios, justo reconhecimento, naturalmente, pelas vitórias alcançadas. Mas, acima de tudo, enalteço a FESTA DO DESPORTO e esta enorme massa humana que são os dirigentes dos nossos Clubes que, de uma forma graciosa, voluntária, altruísta, tanto se empenham para que o Desporto seja uma realidade no nosso Concelho!*

**A todos muito obrigada!**

*- Trago hoje aqui uma preocupação que tem a ver com as péssimas condições em que se encontram ainda muitos cães nos estaleiros da Câmara Municipal. Sei que a APAMG se disponibilizou para ajudar a melhorar essas condições, já lá vão uns tempos em que se dispôs a tal, mas não teria havido resposta concreta. Sei também que hoje apareceu tal resposta, de qualquer forma peço a devida atenção à situação. Que não chega como aquela história do munícipe que preocupado com S. Pedro decidiu propôr ajuda custeando toda a mão de obra necessária ao concerto dos passadiços apenas pedindo material e a Câmara deu-lhe ... um baldinho com pregos!!!! Façam uma verdadeira parceria com a APAMG e dotem aquele espaço de condições condignas. A ampliação do CRO é mais que necessária! Trabalhe-se também nisso.*

*- Relativamente às questões aqui trazidas e elencadas, por escrito, pela população de S. Pedro de Moel, que medidas o executivo já tomou? E as enormes silvas em frente ao parque de estacionamento do centro comercial em S. Pedro? Assunto aqui levantado pela munícipe Laura Lino. Ainda sobre S. Pedro de Moel, com a abertura da época balnear marcada para dia 1 de Junho, o que vai fazer o executivo com pelouros no que diz respeito às pedras que abundam na praia de S. Pedro? E a cobertura para colocar no pátio da Casa Afonso Lopes Vieira? Avançou? E já agora, parabéns à PROTUR pela excelente época cultural que nos vai proporcionar em S. Pedro durante a época balnear. Exorto todos a consultarem a programação na página do Facebook da Protur, porque vale mesmo a pena! Seria muito bom que a Câmara utilizasse todos os meios ao seu alcance para divulgar as actividades culturais que vão ser proporcionadas aos vereaneantes em S. Pedro. Pergunto também pelo cartaz da Praia da Vieira, que desconheço e que, naturalmente, sendo de qualidade deverá ser igualmente divulgado por todos os canais possíveis.*

*- Por falar em Praia da Vieira, espero resposta ao mail por mim enviado à Srª Presidente da Câmara em 22 de Maio de 2018, atinente ao Mariparque, o qual aqui transcrevo:*

*“Exma Sra Presidente,*

*Tendo em conta a deliberação camarária existente acerca da redução da tarifa da água do Mariparque, solicito a V Exa me informe como está a situação.*

*De facto, fiquei apreensiva face à informação do Dr Almeida Gomes prestada na última reunião de Câmara no sentido de que a mesma não foi ainda cumprida!*

*Como sabe, as deliberações do executivo municipal são para cumprir e não para "cair em saco rôto", ou para ficarmos todos "bem na fotografia!"*

*O Mariparque é fundamental para o desenvolvimento turístico do Concelho, facto que é por todos nós reconhecido! Este assunto já deveria ter sido resolvido!*

*O facto de a Câmara não cumprir as suas deliberações faz incorrer em responsabilidade civil, podendo daí resultar o pagamento de indemnizações!*

*Cabe à Sra Presidente da Câmara fazer cumprir as deliberações da Câmara!*

*Solicito assim me seja informado do porquê de, ao fim de tanto tempo, ainda não se ter dado cumprimento a uma deliberação deste órgão e, em simultâneo, se dê efectivo cumprimento à deliberação respectiva.*

*Com os melhores cumprimentos  
Alexandra Dengucho”*

*Até ao momento, infelizmente, não obtive resposta!*

*Quanto às (ausências) de Respostas aos Munícipes:*

*- pergunto se já há resposta à D. Teresa Figueiredo da Moita? A munícipe enviou um mail em 30 de Abril de 2018, humildemente pedindo desculpa “pela ousadia” de escrever à Presidente e relata o seu cansaço e descontentamento com a forma, diz ela “ como têm vindo a decorrer as supostas obras da Rua Esquerda, em Almoinha Velha - Moita. Tendo em conta que os contactos com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia não têm conduzido a nada, decidi então dirigir-me a V. Exa diz ela. E continua: “Tendo eu cedido gratuitamente tudo o que me foi solicitado para a referida obra, exigindo apenas que a obra fosse célere, fossem transplantadas duas árvores de pequeno porte e deixado o melhor possível o jardim e entradas, encontro-me ainda sem campainha nem caixa de correio que foram totalmente danificadas aquando da demolição do meu muro, para além das árvores terem sido cortadas e o sistema de rega ter ficado mal feito. Isto para já não falar que o jardim ficou totalmente desfeito.e que as entradas continuam por acabar. Até quando? Na verdade, há já algumas semanas que deixei de ver por aqui trabalhadores e a obra está parada.” A munícipe conclui, dizendo que “Face ao exposto, agradecia que me fosse dada alguma informação em relação à obra. Sei que são vários os moradores descontentes que se prepararam para intervir judicialmente e, a manter-se este status quo, procederei de igual modo. Na expectativa de uma resposta célere e adequada, sou respeitosamente,*

*Teresa Figueiredo”*

*Repare-se: fala-se em alguns munícipes avançarem judicialmente! E qual a resposta da Srª Presidente? NENHUMA!*

*Vai daí a munícipe insiste, agora com conhecimento para todos os vereadores.*

*Eu, da minha parte, respondi à Munícipe e enviei um mail à Srª Presidente em 20 de Maio de 2018 cujo texto transcrevo:*

*“Exmª Srª Presidente,*

*Solicito informação URGENTE sobre o assunto relatado infra pela munícipe D. Teresa Figueiredo.*

*Independentemente das explicações que V. Exª me possa dar, nada justifica a ausência de resposta à munícipe em causa.*

*Infelizmente não é caso único! A Srª Presidente (e a sua equipa), continua a ignorar por completo aqueles que, legitimamente, a si se dirigem e que deveriam merecer, da s/ parte, a devida resposta, em tempo útil.*

*Esta munícipe cedeu gratuitamente tudo quanto lhe foi pedido para que a obra se concretizasse. Em troca solicitou apenas, e muito legitimamente, fossem respeitadas algumas*

*condições! Pelos vistos, nada do que a munícipe solicitou foi respeitado! A obra, pelos vistos, está parada! E depois de tudo isso nem uma resposta merece de V. Ex<sup>a</sup>!*

*Lamentável Sr<sup>a</sup> Presidente!*

*Alexandra Dengucho*

*E que resposta recebi eu? Nenhuma!*

*Isto sim, sra Presidente, são ilegalidades!*

*A Sr<sup>a</sup> Presidente não pode sistematicamente ignorar, desde logo, os munícipes. E depois os vereadores! Que, ao abrigo da lei, lhe pedem informações que a Sr<sup>a</sup>, institucionalmente e legalmente, É OBRIGADA A DAR!*

*É uma triste manifestação de arrogância, sobranceira, este constante ignorar das nossas interpelações! E não pode ser! De não resposta em não resposta há um desrespeito total, institucional, pelos vereadores!*

*Para quem apregoou que queria gerar consensos, e foi até apelidada de "mãe de nós todos" lhe digo...para mães assim...antes madrastras (com todo o respeito por estas, que as há bem boas...)*

*Alexandra Dengucho*

*CDU “.*

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa e referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:**

- Ouviu com muita atenção os munícipes e o que referem vem de encontro ao que vem dizendo nestes 6 meses, a resposta é sempre sim, mas depois o sim não se concretiza, e continuam a cá vir.
- Sr. Roberto da Associação Arioso – agradeceu-lhe o esclarecimento, é útil e dá a conhecer o que a nova associação pretende fazer nesta área. Até aqui não havia ninguém nesta área e agora temos duas entidades. Isto demonstra a falta de coordenação da Câmara na rede.
- D. Anabela – não se deve recusar documentação a qualquer munícipe e deve ser entregue quando é pedida.
- Sr. Pedro Bernardo – pediu à Sr.<sup>a</sup> Presidente que o processo seja o primeiro a ser tratado nesta reunião para que o munícipe não fique aqui toda a tarde e possa ir trabalhar. Recordou que já foi feito o mesmo noutros casos.
- Dr. Almeida Gomes – gosta de o ver, mas não nestas circunstâncias. Pretende saber o que aconteceu em 2016: a água foi paga por esse preço, não está a pagar ou está a pagar por outro valor qualquer?  
Quer saber, pelo que solicitou à Sr.<sup>a</sup> Presidente informação sobre o que aconteceu respeitante às águas do Mariparque em 2016, 2017 e 2108 até ao momento, nomeadamente a faturação, com o valor cobrado e os respetivos pagamentos.
- Sr. Artur Oliveira – ficou a saber que o processo já está no Supremo. Em termos do executivo não há nada a fazer, só aguardar.
- Sr. Pedro Melo – vem cá todos os anos falar do mesmo. Parece-lhe que a rampa de que o munícipe fala não é a mesma de que a Sr.<sup>a</sup> Presidente fala. A rampa por cima do café não dá acesso à praia. Pediu à Sr.<sup>a</sup> Presidente para deixar a Moher fazer a rampa, embora com a supervisão da Câmara.
- Centro Azul – também lamenta as condições degradadíssimas! Não é um bom cartão de visita para a Marinha Grande e para S. Pedro de Moel.

- Falta de areia em S. Pedro e Vieira – tem que se por o POOC em funcionamento. Lá diz quem é responsável e pelo quê.

**Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

**“1. Felicitações (reconhecimento público de mérito)**

1.1. *Felicitó a equipa de andebol feminino do SIR 1º de maio, pelo excelente desempenho na Final Four da Taça de Portugal, vencendo nas meias finais a equipa do MaiaStar, e na final bateu-se muito bem com a equipa do Madeira SAD, uma equipa profissional, que há muitos anos é campeã. Com a ida à final, a equipa do SIR garantiu uma presença nas competições europeias da próxima época, bem como o jogo da Supertaça 2018/19, onde voltará a encontrar o Madeira Sad.*

1.2. *Ainda no andebol felicito duas atletas do SIR 1º de Maio, Carolina Gomes e Telma Amado, por terem sido convocadas para os jogos da seleção nacional com a Rússia e a Roménia, para a qualificação do campeonato da europa femininos 2018.*

1.3. *Felicitó os atletas Maria João Esteves e Rodrigo Agostinho do Clube de Atletismo da Marinha Grande, por terem sido convocados para a seleção nacional de Sub18, no Trofeu Ibérico*

1.4. *Felicitó o Industrial Viegrense por ter conquistado a Taça distrital de iniciados em futebol*

1.5. *Felicitó a PROTUR pela Associação PROTUR SPM - Associação para Promoção do Turismo de São Pedro de Moel pela apresentação do cartaz cultural do Verão de São Pedro de Moel 2018. Demonstra organização, planeamento e sobretudo apresenta um excelente e diversificado programa de atividades.*

1.6. *Felicitó as empresas marinhenses Mariana Marques Ribeiro; MDT Form; Polytools; PTM Moldes, Lda., por lhes ter sido atribuído o título de empresa gazela. Relembro que as empresas gazelas são as que registam um crescimento acima de 20% e de criação de pelo menos 10 postos de trabalho, são inovadoras, nasceram há menos de dez anos e faturam mais de meio milhão de euros. Somos o concelho do distrito de Leiria que tem mais empresas gazela*

**2. A QUERCUS classificou com “qualidade de ouro” em 2018, três praias do nosso concelho: S. Pedro Moel, Praia Velha e Pedras Negras. Para receber a classificação de praia com “Qualidade de Ouro”, a qualidade da água balnear tem se de apresentar como Excelente nas 5 últimas épocas balneares, de 2012 a 2017. No entanto, na última reunião a Sra Presidente disse que a situação da qualidade da água, será resultado da atividade das empresas de celulose. Mas então em que ficamos?**

*Esta distinção é reveladora que as águas das nossas praias são de excelente qualidade e não é este o motivo para não nos candidatar a bandeira azul. É esta a proposta que faço.*

**3. MUNICÍPES** – *é meu dever questionar sobre problemas que os municípios que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para dar lhes conhecimento.*

3.1. *A munícipe Ana Cristina questiona a Câmara pela falta de água no cemitério, para além de haver poucas torneiras. O que se passa?*

3.2. *A munícipe Cristina Cabral alerta para três animais em situações deploráveis. Gostaria de saber o que se passa, e o que foi tratado.*

3.3. *O munícipe Paulo Mateus questiona sobre a data de início dos trabalhos na Rua dos Eucaliptos. Gostaria de saber se lhe foi respondido e se informaram o munícipe de quais os trabalhos que tencionam fazer.*



3.4. O marido da munícipe Isabel Carvalho, em representação da APAMG, diz que não consegue contactar uma pessoa na Câmara. Já ajudaram a munícipe?

3.5. O munícipe Paulo Gameyski, veio reclamar sobre um erro de faturação de água e a recusa dos serviços em emitirem uma nota de crédito. Diz ainda que lhe fizeram um débito direto, onde incluíram o erro de faturação da câmara. O que se passa? Realço que o munícipe informa que irá proceder ao cancelamento do débito direto, o que devia ser uma preocupação para a Câmara contrariando esta decisão para aumentar os débitos diretos e evitar a despesa de muito milhares de euros na correspondência.

3.6. Os munícipes da Av. José Gregório, junto ao Império, reclamam por uma passadeira de peões. Tivemos agora conhecimento que foi solicitado em 2016 e a Câmara em 17/4/2017 informou que iriam desencadear um procedimento para solucionar o problema. Em Novembro e fevereiro passado, foi-lhes comunicado que “está para breve”. Afinal o que se passa? É para colocar a passadeira ou não? Demoramos a responder aos munícipes e quando lhes respondemos dizemos algo que depois não cumprimos.

3.6. Sobre a água escura que chega às torneiras, tivemos alguns munícipes que se manifestaram. Apenas como exemplo um munícipe em Albergaria e uma outra munícipe disse: “vivo na Ordem, tenho dois bebés, e este fim-de-semana quando fui para dar banhos às crianças a água estava castanha, conforme pode ser visto nesta foto.” O que aconteceu? Para quando a resolução dos problemas das águas em casa das pessoas?

3.7. Passeios – recebemos alguns alertas de munícipes sobre os passeios. A primeira questão é para que servem os passeios? Para a circulação de peões. No nosso concelho não tem sido este o princípio, e como sabemos, lamentavelmente chegamos a uma situação em que não há um único calceteiro na câmara. Exemplos passados com alguns munícipes:

a) Não preciso de falar do que aqui têm referido o Sr. Júlio Rosa e o Sr. Joaquim Andrade

b) Colocação de postes da EDP no meio dos passeios de modo a que os peões têm de vir para a valeta ou para a estrada. Ex na Rua da Benta (ver foto), ou até em frente a minha casa. Agora imaginem os invisuais, as cadeiras de rodas ou os carrinhos de bebé;

c) na rotunda do Intermarche, uma senhora tropeçou num resto de um ferro que está no passeio, caiu e partiu um braço;

d) Uma senhora destruiu um joelho ao tropeçar num buraco do passeio da Avenida Infante D, Henriques, e diz que lhe parece que o buraco ainda lá está desde há 5 anos (não pude confirmar);

e) Na Rua Natália Correia os passeios ficam rebaixados nas entradas das casas. Ontem deparei-me com uma senhora com andarilho a ir pela estrada, dizendo que não consegue ir pelo passeio porque se desequilibra.

Recomendo que sejam resolvidos rapidamente estes (e outros) problemas, e se estudem os passeios para privilegiar os peões.

#### **4. Festas da cidade**

Estão aí as festas da cidade, que todos desejamos seja um sucesso. Em termos de organização e planeamento tem-nos chegado algumas críticas dos interessados. Do que conhecemos percebemos que a nossa perseverança numa reunião, na questão da discussão e escolha das cervejeiras, trouxe uma mais valia de cerca de 2.000€ para as coletividades – valeu a pena.

Sobre a minha questão na reunião se haveria mais patrocinadores, foi claro que a organização ainda não tinha nada decidido. Recebemos um mail duma empresa marinhense,

*que esteve presente o ano passado e, em fevereiro último manifestou interesse em voltar a estar presente, mas a Câmara apenas no passado dia 11 lhe respondeu, dizendo que era tudo igual ao ano passado. Leio apenas um parágrafo mencionado pelo munícipe: "Observamos lamentavelmente, a "teimosa" e permanente desorganização displicente, com que o Município da Marinha Grande organiza este evento".*

*Volto a repetir a recomendação que tenho feito: que se planeie atempadamente a Festa da Cidade, criando um Regulamento específico e se negoceie com os patrocinadores com tempo, pois quando fazemos em cima do joelho não temos opções e perdemos capacidade de negociação. Hoje mesmo virá a reunião de câmara um patrocínio para as Festas da Cidade, e nessa altura voltaremos a falar deste assunto."*

A **Sr.ª Presidente** pediu ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira para lhe enviar estes assuntos, para poder verificar se são os mesmos que o Sr. Vereador Carlos Caetano está a tratar.

Seguiu-se uma troca de opiniões entre a **Sr.ª Presidente, o Sr. Vereador Aurélio Ferreira e a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho**, levando a Sr.ª Presidente a afirmar que os Srs. Vereadores não se podem limitar a "pôr a língua" e que devem também "pôr o pescoço" e aceitar pelouros e vir para a Câmara trabalhar, como faz o executivo permanente, e que não venham só para a reunião atacar e acusar.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** insurgiu-se contra estas afirmações, porque a Sr.ª Presidente está a dizer coisas que não são verdade e que considera ofensivas.

A **Sr.ª Presidente** disse que não teve essa intenção mas que também se sente ofendida pela forma como muitas vezes os Srs. Vereadores aqui põem as questões. O que adianta é fazer não é dizer façam. Os munícipes encaminham e-mail's, e se o executivo permanente também os recebe não compreende a razão de se estar aqui a ocupar o tempo com as mesmas questões. O que os Srs. Vereadores devem fazer é perguntar como é que estão as situações.

Sobre a Sr.ª da Moita informou que quando recebeu o e-mail perguntou ao Sr. Presidente da Junta da Moita o que se passava e este informou-a de que já tinha tentado contactar a Sr.ª. A obra parou porque foi encontrada argila no terreno e o projeto teve que ser refeito, e só agora é que vai ser retomada e a Sr.ª foi informada desta situação.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que a sua questão é o facto de a Sr.ª ter escrito à Sr.ª Presidente e não ter tido resposta, daí que em desespero de causa tenha decidido enviar e-mail's aos outros Vereadores. Isto é que considera lamentável.

A **Sr.ª Presidente** voltou a esclarecer o que disse. O Sr. Presidente da Junta tinha a informação para dar à munícipe, não conseguiu transmiti-la, e por isso é que depois a Câmara informou a munícipe.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que não percebe como não encontraram a munícipe para dar resposta, uma vez que ela se dirigiu à Junta e à Câmara por e-mail.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente retomou a palavra para responder às seguintes questões:**

- Intervenção da Sr.ª Vereadora Melina – o galardão Praia Dourada é dado pela qualidade da água. Para a Bandeira Azul os requisitos são outros, que enunciou.

A qualidade da água de Vieira de Leiria, desde 2012, é apenas de boa e não excelente como nas outras 3 praias do concelho: S. Pedro, Praia Velha e Pedras Negras. Há critérios da Bandeira Azul que a Câmara quer rever para o próximo ano, para se poder candidatar, e também alguns espaços, como é também a requalificação do centro azul.

- Intervenção da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara – em relação ao animal, informou que quando estes e-mail's chegam à Câmara eles são encaminhados para os serviços, pelo que irá ver o que se passou.
- Em relação ao requerimento sobre o impedimento referiu, tal como já o disse, que o reparo que fez foi com a intenção do cuidado de a Sr.<sup>a</sup> Vereadora não ser afetada por qualquer intervenção. Teve conhecimento desta situação porque a Sr.<sup>a</sup> Vereadora entregou na Câmara um documento da sua entidade patronal com uma cláusula, que leu, e que referia que a sua contratação só permanece enquanto a Junta de Freguesia tiver uma relação com esta empresa, e por isso, e para sua salvaguarda, é que lhe deu essa informação naquela altura, quando tinha acabado de saber que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora não deveria intervir em matérias sobre a Junta. E não quis dar mais esclarecimentos, dizendo que falaria depois com a Sr.<sup>a</sup> Vereadora. Em função da posição da Sr.<sup>a</sup> Vereadora vai solicitar à CCDDR e à ANMP a sua interpretação, para que todos fiquem esclarecidos e descansados, e arrumar o assunto de vez.
- Intervenção da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra – sobre S. Pedro já deu aqui informações. Há zonas que já estão a ser limpas, com o mato e as silvas a serem cortados, reparação de passadiços e retirada de areia levada pela ação do mar. Em relação às atividades culturais para dinamização da época de verão, virá brevemente à Câmara o apoio financeiro. No que respeita à Praia da Vieira irá pedir à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia para enviar o programa de verão.
- Mariparque – o Sr. Vereador Aurélio alertou na última reunião da possibilidade de aquela deliberação ser ilegal. E por isso foi ver e poderá impender sobre a Câmara responsabilidade civil sobre o assunto e deste modo é uma questão que tem de ser bem analisada porque a deliberação poderá ser nula. Para se analisar devidamente o Regulamento tem que ser também posto em cima da mesa, e daí que a resolução deste problema poderá implicar com todo o concelho. Vai fazer o levantamento de todo o processo do Mariparque e depois enviar a todos os Vereadores, para a seguir se fazer uma reunião de trabalho, que deverá também contar com a presença dos técnicos.
- Associação Arioso – conhece a associação e a sua intenção de criar um conservatório na Marinha Grande. Tem-se vindo a falar desta intenção, integrada num projeto do ensino da música nas escolas do concelho. Registou o que a Arioso disse e não fez qualquer tipo de comentário, não porque não queira dar todo o apoio mas porque conhece o projeto e as suas intenções.
- Sr. Artur Oliveira – neste momento entende que faz todo o sentido aguardar pela sentença, até porque se tratam também de dinheiros públicos. O que aqui foi falado não tem nada a ver com esta situação.
- POOC em funcionamento – foi neste sentido que chamou os Secretários de Estado, para os sensibilizar para que a APA cumpra com a sua parte, tendo-lhe entregue a listagem de todas as necessidades.
- Felicitações – acrescentou, ao que os Srs. Vereadores já disseram, que tinha fé que o andebol da SIR 1.º de Maio viesse a ganhar e informou que a Câmara tinha cedido um autocarro para a deslocação. Sabe também que alguns atletas poderão vir a estar na seleção, deseja que os juvenis possam também ser campeões e assim serem recebidos aqui na Câmara. Deu também os parabéns à Protur e às empresas Gazela, lamentando não ter podido estar presente.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que referiu o seguinte:**

- Agradeceu a listagem de assuntos, embora alguns já sejam do seu conhecimento.
- Rotunda do Intermarché – vai verificar.
- Falta de água no cemitério da Marinha Grande – a rede de águas está a ser renovada e talvez possa ter sido uma situação pontual.
- Rua dos Eucaliptos – recebeu um e-mail na sexta-feira a perguntar quando começam as obras e ao qual ainda não teve oportunidade de responder.
- Sr. Paulo Gameyski – chegou hoje a informação e sabe que vai ser emitida a nota de crédito.
- Passadeira na Av.ª José Gregório – tem que ser analisada e ver se é viável e se não colide com a segurança do trânsito. Se assim for é para avançar.
- Passeio da Rua Natália Correia – o Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse que o passeio tem desníveis, pelo que o Sr. Vereador Carlos Caetano disse que irá ver.
- 

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por concluído o período de antes da ordem do dia, interrompendo a reunião das 16:45 horas às 17:05 horas, para intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tendo em conta que o munícipe interessado se encontrava presente na sala, e tal como tinha sido proposto e aceite por todos, a **Sr.ª Presidente** colocou a votação o ponto 26 da ordem do dia.

**26. Req.º nº 2052/17, datado de 30/11/2017 – PC N.º 535/17, datado de 30/11/2017 – Pedro Bernardo - Estruturas e Moldes Unipessoal Lda**

425 - Presentes pedidos com o registo n.º 2052/17, datado de 30/11/2017, e n.º 122/18, datado de 22/01/2018, relativos a **licenciamento de construção de um edifício destinado a indústria**, no prédio situado na rua do Vale, Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 638 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 851-P, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 535/17, com data de entrada de 30/11/2017, apresentado por **PEDRO BERNARDO - ESTRUTURAS E MOLDES UNIPESSOAL LDA**, com o NIPC 508 321 468, com sede na rua do Olheirão, n.º 32, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, solicitando, respetivamente, a aprovação do projeto de arquitetura e a aceitação dos projetos de especialidade;

Presente requerimento com o registo n.º 869/18, datado de 4/05/2018, com o título de utilização dos recursos hídricos n.º L005030.2018.RH5A, referente a rejeição de águas residuais, emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA);

Presente informação técnica, datada de 21/05/2018, que atesta estar o projeto de arquitetura apresentado em condições de merecer aprovação;  
Presente informação técnica, datada de 22/05/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites;  
Presente informação técnica, datada de 22/05/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de um edifício destinado a indústria, no prédio situado na rua do Vale, Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 638 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 851-P, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 535/17, com data de entrada de 30/11/2017, apresentado por PEDRO BERNARDO - ESTRUTURAS E MOLDES UNIPESSOAL LDA, com o NIPC 508 321 468, com sede na rua do Olheirão, n.º 32, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminada a aprovação do ponto 26, foi retomada a ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### **ORDEM DO DIA**

#### **1. Aprovação da ata n.º 14, da reunião ordinária do dia 30 de abril de 2018**

426 - Presente a ata n.º 14, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 30 de abril de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Melina Domingues, por não ter estado presente na reunião.**

#### **2. Aprovação da ata n.º 15, da reunião extraordinária do dia 08 de maio de 2018**

427 - Presente a ata n.º 15, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 08 de maio de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Melina Domingues, por não ter estado presente na reunião.**

### **FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**

#### **3. Resumo de Tesouraria do dia 22 de maio de 2018**

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia vinte e dois de maio de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **16.104.803,08€** (dezassexes milhões, cento e quatro mil, oitocentos e três euros e oito cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

#### **4. Doação da peça “DESFRAGMENTAÇÃO” de Maria Regina Martins Ramos, destinado a integrar o acervo do Museu do Vidro.**

428 - Presente informação nº I/776/2018 de 24 de março de 2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - Área de Museus e Património Cultural, a informar que a artista Maria Regina Martins Ramos, através do registo de entrada E/2394/2018, manifestou a vontade de doar a peça “Desfragmentação” da sua autoria, que esteve patente no Núcleo de Arte

Contemporânea do Museu do Vidro, na exposição “Bordalo Pinheiro, 170 anos depois por alunos de Belas Artes”, de 16 de novembro de 2016 a 23 de abril de 2017.

Atendendo à importância da obra para a valorização da coleção de arte contemporânea em vidro do Museu do Vidro, propõe-se a aceitação da doação e a integração da peça no acervo do Museu do Vidro para fins exclusivamente museológicos.

A peça foi valorizada pela autora no valor total de 1 000.00€.

**A Câmara Municipal analisou a informação e a delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aceitar a doação da peça “Desfragmentação”, da autoria de Maria Regina Martins Ramos, pelo valor de 1 000.00 Euros, destinada a integrar o acervo do Museu do Vidro.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira sugeriu que ficasse no processo uma foto da peça.

#### **5. Doação da peça “VÔO” de Regina Lara Silveira Mello destinado a integrar o acervo do Museu do Vidro.**

429 - Presente informação nº I/777/2018 de 24 de março de 2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - Área de Museus e Património Cultural, a informar que a artista Regina Lara Silveira Mello, através do registo de entrada E/2434/2018, manifestou a vontade de doar a peça “Vôo” da sua autoria, que esteve patente no Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro, na exposição “Vidro e Luz: Transparência, translucidez e opacidade”, de 8 de abril a 7 de maio de 2017.

Atendendo à importância da obra para a valorização da coleção de arte contemporânea em vidro do Museu do Vidro, propõe-se a aceitação da doação e a integração da peça no acervo do Museu do Vidro para fins exclusivamente museológicos.

A peça foi valorizada pela autora no valor total de 750.00€.

**A Câmara Municipal analisou a informação e a delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aceitar a doação da peça “Vôo”, da autoria de Regina Lara Silveira Mello, pelo valor de 750.00 Euros, destinada a integrar o acervo do Museu do Vidro.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira sugeriu que ficasse no processo uma foto da peça.

## **TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS**

### **6. Isenção do pagamento de taxas**

430 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

A APAMG - Associação Protetora dos Animais da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, para a realização da 9ª Cãominhada no dia 09 de junho de 2018.

A Moher - Associação de Promoção para o Desenvolvimento de S. Pedro de Moel, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização de atividades culturais durante a época Balnear nos dias 06 e 07, 13 e 14, 20 e 21 e 27 e 28 de julho de 2018.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Capela de Albergaria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização das festas em honra da Nossa Senhora de Fátima no dia 01 de julho de 2018;
- Autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de publicidade.

Presentes a informação nº 33/LS de 15 de maio de 2018, as informações n.º 34/LS e 35/LS de 18 de maio de 2018, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar a APAMG - Associação Protetora dos Animais da Marinha Grande, a Moher - Associação de Promoção para o Desenvolvimento de S. Pedro de Moel, a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Capela de Albergaria, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença de ruído, autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas e licença de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**7. Ratificação do despacho da Presidente da Câmara datado de 22 de maio de 2018 – Isenção de taxas pela emissão de licença especial de ruído e autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.**

431 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:



Através da E/4755/2018 de 18 de maio de 2018, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria - Capela da Praia, solicitou a isenção das taxas pela emissão de licença especial de ruído e autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas para a realização de Procissão e Convívio no dia 27 de maio de 2018, no valor de 55,29€ e 55,29€, respetivamente, ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea b), do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, em vigor no Município da Marinha Grande.

Considerando a data da iniciativa, atendendo que no dia 28 de maio de 2018 ocorrerá uma reunião ordinária, perante a urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara, ao abrigo da competência que confere o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, por despacho da Sr.ª Presidente, foram autorizadas as isenções do pagamento das taxas, ficando estes atos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

**Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 35º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de maio do corrente ano, respeitante à isenção das taxas pela emissão de licença especial de ruído e autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras, que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, requerido pela Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria - Capela da Praia, para a realização de Procissão e Convívio no dia 27 de maio de 2018.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **RECURSOS HUMANOS**

**8. Procedimento concursal comum para ocupação de 4 postos de trabalho por tempo indeterminado na categoria de assistente operacional – área da educação. Autorização para prosseguir com o recrutamento.**

432 - Presente informação técnica dos Recursos Humanos (I/1344/2018, de 23 de maio), que se anexa e faz parte integrante.

Considerando que o artigo 140.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, dispõe que quando tenha decorrido o prazo de um ano a contar da data da emissão da autorização prevista para abertura do procedimento, sem que tenha sido homologada a lista de classificação final, devem os serviços que procedam ao recrutamento, após a fase de aplicação dos métodos de seleção, solicitar a autorização para prosseguir com o recrutamento.

A Câmara Municipal, depois de apreciado o assunto **delibera**, em cumprimento do disposto no artigo 140.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, **conceder autorização para prosseguir com o recrutamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

~

## **OBRAS PÚBLICAS**

### **9. Requalificação da Rua e Travessa das Andorinhas - Cedência 10,6m² de terreno do Sr. Ramiro de Gouveia Freire**

433 - A Srª. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a Requalificação da Rua e Travessa das Andorinhas, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano de Ramiro de Gouveia Freire, NIF 115 222 936, que confronta a Norte com Lote 3, a Sul com Lote 1, a Nascente com Rua das Andorinhas e a Poente com Caminho de Ferro, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 9359. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 10,6m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de um novo muro com a mesma entrada, idêntica à existente e com a mesma altura do muro confinante, a entrada com acesso à porta tenha 1 m de largura.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 10,6 m², do prédio urbano propriedade de Ramiro de Gouveia Freire, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 9359, que confronta a Norte com Lote 3, a Sul com Lote 1, a Nascente com Rua das Andorinhas e a Poente com Ramiro de Gouveia Freire, para a Requalificação da Rua e Travessa das Andorinhas, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pela Srª Presidente Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, e que aqui se dá por reproduzida, tendo como contrapartida a execução de um novo muro com a mesma entrada, idêntica à existente e com a mesma altura do muro confinante, a entrada com acesso à porta tenha 1 m de largura, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho disse que votava favoravelmente com a menção de agradecimento ao munícipe pela cedência.**

### **10. Requalificação da Rua e Travessa das Andorinhas – Cedência de 171,00m² de terreno do Sr. José Manuel de Jesus - Alteração de condições**

434 - A Srª. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente deliberação, tomada em reunião 07 de setembro de 2017, relativa a cedência de 171,00 m² de terreno do Sr. José Manuel de Jesus, que aqui se dá por reproduzida. Presente nova ficha de contacto com substituição de condições para cedência de terreno necessário do prédio rústico, em que o proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 171,00m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a construção de um murete com duas fiadas de tijolo, deixando três entradas para propriedade, com 3,0m de vão livre em cada uma. Estas entradas terão pilaretes preparados para o proprietário colocar os portões por sua conta. Uma entrada ficará virada para a Rua das Andorinhas perto do pinheiro e as outras duas entradas ficarão viradas para

a Travessa das Andorinhas. Os pilaretes terão 1,5 m de altura e de 3 em 3 metros ao longo de todo o murete.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera alterar as condições da cedência, deliberada em 7 de setembro de 2017, que passam a ser as seguintes: a construção de um murete com duas fiadas de tijolo, deixando três entradas para propriedade, com 3,0m de vão livre em cada uma. Estas entradas terão pilaretes preparados para o proprietário colocar os portões por sua conta. Uma entrada ficará virada para a Rua das Andorinhas perto do pinheiro e as outras duas entradas ficarão viradas para a travessa das andorinhas. Os pilaretes terão 1,5 m de altura e de 3 em 3 metros ao longo de todo o murete.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho disse que votava favoravelmente com a menção de agradecimento ao município pela cedência.**

#### **11. Requalificação da rua e travessa das Andorinhas – Concurso público n.º 20/2016 - Aprovação de alteração de peças desenhadas e trabalhos a menos.**

435 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com referência CS/48/2017, de 21 de novembro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação da alteração das peças desenhadas nº 11, 16 e 79 e dos trabalhos a menos, no âmbito da empreitada de “Requalificação da rua e travessa das Andorinhas”, no valor de 2.906,50€ (dois mil novecentos e seis euros e cinquenta cêntimos), a que acresce IVA, correspondentes às alterações propostas.

**Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do artigo 379.º, do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação da rua e travessa das Andorinhas”, em que é cocontratante a empresa Matos & Neves, Ld.<sup>a</sup>, delibera aprovar:**

- a) Peças desenhadas nº 11- A,16-A e 79-A;**
- b) Trabalhos a menos no valor de 2.906,50€ (dois mil novecentos e seis euros e cinquenta cêntimos) a que acresce IVA.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **12. Requalificação da EB Guilherme Stephens – Concurso público n.º 16/2017 - Aprovação de trabalhos a mais e de suprimento de omissões. Aprovação de minuta de contrato**

436 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Através de deliberação camarária, de 30 de abril de 2018, foram aprovados trabalhos a mais e de suprimimento de omissões no âmbito da empreitada de “Requalificação da EB Guilherme Stephens”.

O adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

Em 14 de maio corrente, foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.

Nestes termos, estão reunidas as condições para que a Câmara Municipal proceda à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

**Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta de contrato a celebrar no âmbito do procedimento supra referido, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**13. Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoinha Velha - Concurso público n.º 20/2017 - Aprovação de trabalhos de Suprimimento de Erros e Omissões e Trabalhos a mais. Aprovação de minuta de contrato**

437 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Através de deliberação camarária, de 30 de abril de 2018, foram aprovados trabalhos de suprimimento de erros e omissões no âmbito da empreitada de “Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoinha Velha”.

O adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

Em 16 de maio corrente, foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.

Nestes termos, estão reunidas as condições para que a Câmara Municipal proceda à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

**Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta de contrato a celebrar no âmbito do procedimento supra referido, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**14. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 4 - Concurso público n.º 19/2017 - Trabalhos de suprimimento de erros e omissões. Aprovação de minuta de contrato**

438 - Através de deliberação camarária, de 16 de abril de 2018, foram aprovados trabalhos de suprimimento de erros e omissões no âmbito da empreitada de Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 4.

O adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

Em 07 de maio corrente, foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.

Nestes termos, estão reunidas as condições para que a Câmara Municipal proceda à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

**Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta de contrato a celebrar no âmbito do procedimento supra referido, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**

### **15. E/801/2018 - Pedido para colocação de sinalização de trânsito para um lugar de estacionamento destinado a Pessoa Portadora de Deficiência**

439 - Presente requerimento, com o registo de entrada n.º E/801/2018, datado de 22-01-2018, apresentado, por Elvira Frederico, moradora na Av. Vitor Gallo 134 A, Marinha Grande, a solicitar a colocação de uma placa de estacionamento para portadores de deficiência próximo da sua casa.

Presente informação técnica RV-05-2018 de 11-05-2018, a propor uma solução para o caso.

Considerando que:

- O prédio onde o requerente reside, tem uma gare de estacionamento podendo um dos lugares de estacionamento ser reservado ao estacionamento para veículos portadores do dístico de deficientes.
- Os serviços técnicos camarários analisaram a questão e propõem a colocação de um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional Modelo 11d, no lugar de estacionamento mais próximo da entrada do prédio do requerente, na gare de estacionamento existente.

**A Câmara Municipal, depois de analisar a referida exposição, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários delibera, ao abrigo da alínea qq) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013 de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, mandar colocar um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional Modelo 11d, no lugar de estacionamento próximo da entrada do prédio, localizado na gare de estacionamento existente na Rua das Vergieiras, n.º 134 A, que faz gaveto com a Rua Dadores Benévolos de Sangue.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**16. Req.º nº1119/17, datado de 27/06/2017 - Proc.º nº 264/17, datado de 27/06/2017 - Artur de Faria**

440 - Presente pedido com o registo n.º 1119/17, datado de 27/06/2017, a solicitar informação prévia relativa à execução de um edifício destinado a indústria, a constituir em propriedade horizontal, no prédio sito em Cumeiras, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16649 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1155, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 264/17, com data de entrada de 27/06/2017, apresentado por **ARTUR DE FARIA**, com o NIF 119757931, residente na rua Nova, n.º 20, A-dos-Pretos, Maceira, Leiria.

Presente informação técnica, datada de 08/05/2018, a informar que, embora se verifique, no âmbito do PDM da Marinha Grande, que o terreno em causa se localiza em área abrangida pelo aglomerado urbano da Marinha Grande, num espaço inserido na área industrial da Marinha Pequena e que as características previstas para o edifício pretendido se enquadrem nos parâmetros estabelecidos no n.º 4 do artigo 7º do regulamento deste Plano, o terreno não se encontra servido por arruamento ou por infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento, pelo que se propõe que se informe o requerente **não ser viável a pretensão**, por ser a mesma passível, nos termos do n.º 5 do artigo 24º do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, de indeferimento por ausência de arruamento e de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**NOTIFICAR o requerente, ARTUR DE FARIA, com o NIF 119757931, residente na rua Nova, n.º 20, A-dos-Pretos, Maceira, Leiria, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de informar não ser viável a execução de um edifício destinado a indústria, a constituir em propriedade horizontal, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16649 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1155, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por ser o respetivo processo de licenciamento passível de indeferimento, ao abrigo do n.º 5 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por ausência de arruamento e de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**17. Req.º nº 1545/17, datado de 04/09/2017 - Proc.º nº 181/17, datado de 05/05/2017 - António Emílio dos Santos Oliveira**

441 - Presente requerimento n.º 1545/17, datado de 2017/09/04, constante do processo camarário n.º 181/17, subscrito por **ANTÓNIO EMÍLIO DOS SANTOS OLIVEIRA**, com o NIF 115225897, com residência em rua das Raízes, n.º 38, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar informação prévia relativa à viabilidade da obra de **“Alteração de edifício destinado a habitação e construção de anexo”**, incidente sobre um prédio urbano sito na avenida José Gregório, n.º 160, lugar de cruzeiros, freguesia e

concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20133 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20236-P. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/05/15, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico constante do processo, a Câmara delibera informar ser INVIÁVEL a pretensão requerida, visto que, num eventual pedido de licenciamento a apresentar nos termos propostos, o mesmo seria passível de indeferimento, fundamentado na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, porque violaria normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, ao referir que “3 - A execução dos passeios é encargo do requerente, exigível aquando do pedido de licenciamento ou comunicação prévia de obras de edificação, ou do pedido de licenciamento ou comunicação prévia de muros confinantes com a via pública e dentro dos perímetros urbanos, devendo ser solicitado previamente aos serviços municipais, a indicação do respetivo alinhamento, largura e materiais a aplicar.2, não salvaguardando a proposta apresentada, o alinhamento determinado pelos respetivos serviços, prevendo um afastamento para a edificação de 4,60m ao eixo da rua Álvaro Domingues, incluindo a execução de passeio em calçada de calcário.

Mais delibera, nos termos do n.º 4 do art. 16.º do RJUE, informar o requerente que a eventual viabilidade para a regularização das obras levadas a efeito, deverá contemplar o alinhamento estabelecido pelos serviços, anteriormente comunicado através do ofício n.º 828/17, datado de 2017/08/08.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**18. Req.º nº 569/18, datado de 20/03/2018 - Proc.º n.º 464/17, datado de 19/10/2017 - Marco António Duarte Alves Laranjeira**

442 - Presente requerimento n.º 569/18, datado de 2018/03/20, constante do processo camarário n.º 464/17, subscrito por **MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA**, com o NIF 219677670, com residência em rua das Saudades, n.º 12, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de um edifício de habitação e muros de vedação**”, composto por seis fogos, a levar a efeito numa parcela de terreno a destacar de um prédio rústico, sito no lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2010 e inscrito na matriz sob o artigo número 4745, com a área de 12.450m2.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/05/22, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “**Construção de um edifício de habitação e muros de vedação**”, composto por

seis fogos, a levar a efeito numa parcela de terreno a destacar de um prédio rústico, sito no lugar Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2010 e inscrito na matriz sob o artigo número 4745, com a área de 12.450,00m<sup>2</sup>, com o número de processo 464/17, com data de entrada em 2017/10/19, apresentado por MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA, com o NIF 219677670, com residência em rua das Saudades, n.º 12, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Apresentação, em igual período, de peça gráfica em substituição à peça gráfica correspondente à “PLANTA DE ARRANJOS EXTERIORES - DESENHO N.º 02.02” datada de “MARÇO 2018”, entregue a coberto do requerimento n.º 569/18, datado de 2018/03/20, contendo a área total correspondente às áreas designadas de “Prado” e de “Terra Batida” envolventes ao conjunto a edificar, com referência expressa de que essa área se destina a logradouro comum às seis habitações a edificar.
3. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua 52, com largura de 2,25m, gare de estacionamento com a largura de 2,50m e valeta com a largura de 0,60m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão vidropressado com as dimensões de 0,20x0,10mx0,05m, após execução de uma camada em areia com 0,15m de espessura. Os lancis deverá ser de betão com as dimensões de 0,40mx0,25mx0,02m, podendo o passeio ser rebaixado nas zonas das entradas. A valeta deverá ser executada com lancis de betão colocados em espelho, com as dimensões de 0,30mx0,14mx0,10m.

Mais delibera:

1. Deferir a operação de destaque associada ao pedido de licenciamento apresentado, por se encontrarem reunidas as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, dado o prédio se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público;
2. Mandar emitir a respetiva certidão de destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do art. 6.º do RJUE, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**19. Req.º nº 793/18, datado de 23/04/2018 - Proc.º nº 505/17, datado de 13/11/2017 - Raul Pedrosa Armindo e Hermínia da Conceição Ribeiro Pedrosa**

443 - Presente requerimento n.º 793/18, datado de 2018/04/23, constante do processo camarário n.º 505/17, subscrito por RAÚL PEDROSA ARMINDO, com o NIF 166317420 e por HERMÍNIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO PEDROSA, com o NIF 105500267, ambos com domicílio fiscal em rua Quinta das Nespereiras, n.º 15 - 2.º dir., freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar, anexo e muro**”, incidente sobre um prédio urbano sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória



do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 485 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5245.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2018/04/11 e 2018/05/08, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar, anexo e muro”*, incidente sobre um prédio urbano sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 485 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5245, com o número de processo 505/17, com data de entrada em 2017/11/13, apresentado por RAÚL PEDROSA ARMINDO, com o NIF 166317420 e por HERMÍNIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO PEDROSA, com o NIF 105500267, ambos com domicílio fiscal em rua Quinta das Nespereiras, n.º 15 - 2.º dir., freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua Dr. Franklin Vieira Dias, com uma largura que varia de 1,75m a 2,05m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos retangulares de betão (0,20m X 0,10m X 0,06m) assentes em base de “tout-venant” com 0,15m de espessura.

**Mais delibera informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Deverá solicitar aos Serviços de Águas e Saneamento, a ligação das redes prediais de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas, às respetivas redes públicas existentes na rua Dr. Franklin Vieira Dias.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**20. Req.º nº 2204/17, datado de 28/12/2017 - Proc.º n.º 412/15, datado de 05/11/2015 - Délio Domingos de Jesus Fernandes**

444 - Presente requerimento n.º 2204/17, datado de 2017/12/28, constante do processo camarário n.º 412/15, subscrito por **DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES**, com o NIF 220962529, com domicílio fiscal em Avenida 1.º de Maio, n.º 189-A, 2.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento das alterações a levar a efeito na obra de *“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano sito na rua da Fonte Velha, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.142 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.015-P, para a qual foi emitido o Alvará de Obras de Construção n.º 44/16, datado de 2016/07/07, válido até 2017/07/06, com prorrogação válida até 2018/07/06.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2018/04/05 e 2018/04/27, referentes, respetivamente, aos projetos de alterações de arquitetura e das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento das alterações à obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na rua da Fonte Velha, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.142 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.015-P, para a qual foi emitido o Alvará de Obras de Construção n.º 44/16, datado de 2016/07/07, válido até 2017/07/06, com prorrogação válida até 2018/07/06, com o número de processo 412/15, com data de entrada em 2015/11/05, apresentado por DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES, com o NIF 220962529, com domicílio fiscal em Avenida 1.º de Maio, n.º 189-A, 2.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande.

**Mais delibera, informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 7 do art. 27.º do RJUE, deverá apresentar o original do Alvará de Obras de Construção n.º 44/16, datado de 2016/07/07, para se proceder ao respetivo averbamento das alterações à licença.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**21. Req.º nº 603/18, datado de 23/03/2018 - Proc.º n.º 65/17, datado de 21/02/2017 - Fátima Lusía Dias da Silva Natário, Rudolfo Dias Natário e Sandra Dias Natário**

445 - Presente processo camarário n.º 65/17, registados em 2017/02/21, subscrito por **Fátima Lusía Dias da Silva Natário** com o NIF 186207131, residente na Quinta das Areias, lote 9, Y, Alporchinhos, Porches, por **Rudolfo Dias Natário**, com o NIF 211547620, residente na Alemanha e por **Sandra Dias Natário**, com o NIF 221681930, residente na Alemanha, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação concretizadas na moradia** situada na Rua Central à Tojeira, n.º 3, no lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, erigida nos prédios urbanos inscritos na matriz predial sob o artigo n.º 2559 e artigo n.º 10920 e descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20136 e n.º 20137, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos na reunião de Câmara Municipal de 2017/04/06.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/04/12, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Presente parecer técnico, datado de 2018/01/13, que atesta terem sido apresentados os elementos dando satisfação aos condicionalismos de aprovação do projeto de arquitetura.

**Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração e ampliação concretizadas na moradia situada na Rua Central à Tojeira, n.º 3, no lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, erigida nos prédios urbanos inscritos na matriz predial sob o artigo n.º 2559 e artigo n.º 10920 e descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20136 e n.º 20137, constante do processo camarário n.º 65/17, registados em 2017/02/21, subscrito por Fátima Lusía Dias da Silva Natário com o NIF 186207131, residente na Quinta das Areias, lote 9, Y, Alporchinhos, Porches, por Rudolfo Dias Natário, com o NIF 211547620, residente na Alemanha e por Sandra Dias Natário, com o NIF 221681930, residente na Alemanha,

- Informar a requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

3- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **22. Req.º nº 253/18, datado de 12/02/2018 - Proc.º n.º 182/17, datado de 08/05/2017 - Lino Gomes Pedro**

446 - Presente processo camarário n.º 182/17, registado em 2017/05/08, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) das obras construção de moradia e anexo**, erigidos no prédio rústico sito na Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz sob o artigo n.º 1569 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 809, ao abrigo do artigo 102-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, apresentado por **Lino Gomes Pedro**, com o NIF 129681962, residente na Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2017/08/17.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/05/16, que atesta terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise da pretensão, bem como o parecer técnico datado de 2018/05/16, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento (legalização) das obras construção de moradia e anexo, erigidos no prédio rústico sito na Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz sob o artigo n.º 1569 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 809, ao abrigo do artigo 102-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, apresentado por Lino Gomes Pedro, com o NIF 129681962, residente na Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2017/08/17, o mesmo.

Delibera ainda informar o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 4- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**23. Req.º nº 678/18, datado de 05/04/2018 - Proc.º n.º 85/17, datado de 10/03/2017 - CONSTRUMANÇOS - Sociedade de Construções e Imobiliária, Lda.**

447 - Presente Processo Camarário n.º 610/96, referente à “Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização”, levada a efeito no lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 6/98, datado de 30 de abril de 1998, emitido em nome de “CONSTRUMANÇOS - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA, LDA.”.

Presente requerimento n.º 678/18, datado de 2018/04/05, constante do processo camarário n.º 85/17, subscrito por **CONSTRUMANÇOS - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA, LDA.**, com o NIPC 502534281, com sede em rua Eng. Duarte Pacheco, n.º 6 - 1.º dir. - D, freguesia e concelho de Leiria, inerente ao pedido de licenciamento para a “Alteração de Loteamento Urbano”, a incidir sobre os lotes designados por “Lote n.º 3” e “Lote n.º 6”, do referido loteamento urbano, visando a alteração dos parâmetros urbanísticos

associados àqueles lotes, nomeadamente o aumento do número de fogos permitidos em cada um, passando de 6 para 7 fogos, bem como a alteração da solução preconizada para os espaços verdes envolventes.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 07/06/2017, de 07/08/2017, de 22/03/2018 e 23/04/2018, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação camarária.

**Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do disposto no art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e edificação - RJUE, a alteração à licença da “*Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização*”, titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 6/98, datado de 30 de abril de 1998, emitido em nome de “**CONSTRUMANÇOS - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA, LDA.**”, a incidir sobre os lotes designados por “*Lote n.º 3*” e “*Lote n.º 6*”, do loteamento urbano sito no lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, visando a alteração dos parâmetros urbanísticos associados àqueles lotes, nomeadamente o aumento do número de fogos permitidos em cada um, passando de 6 para 7 fogos, bem como a alteração da solução preconizada para os espaços verdes envolventes, com o condicionalismo da prestação de caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, no valor de € 24.804,00 (vinte e quatro mil oitocentos e quatro euros), referente às seguintes componentes:

COMPONENTES	VALOR
Pavimentos	€ 4.680,00
Equipamento Urbano	€ 1.960,00
Serralharias	€ 6.650,00
Jardinagem	€ 10.214,00
Diversos	€ 1.300,00
<b>TOTAL</b>	<b>€ 24.804,00</b>

**Delibera ainda**, nos termos do art. 53.º do RJUE, estabelecer um prazo de execução de 8 meses para a realização das respetivas obras de urbanização.

**Delibera informar** a sociedade requerente que deverá, no prazo máximo de 1 ano, requerer o aditamento ao alvará de loteamento n.º 6/98, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 7 do art.º 27.º do RJUE.

**Mais informa** que deverá comunicar aos respetivos serviços, o início das obras de urbanização a levar a efeito.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**24. Req.º nº 859/18, datado de 04/05/2018 - Proc.º nº 303/17, datado de 18/07/2017 - Industrial Desportivo Vieiraense**

A **Sr.ª Vereadora Melina Domingues** não participou na apreciação e votação deste processo por se considerar impedida, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que faz parte da seção de patinagem do Industrial Desportivo Vieiraense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

448 - Presente pedido com o registo n.º 859/18, datado de 04/05/2018, relativo a licenciamento da construção de **quatro campos de jogos em relvado sintético para formação**, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 4128, 4694 e 995, inscrito o primeiro na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4339 e os segundos na matriz predial rústica, respetivamente sob os artigos n.º 160 e 157, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 303/17, com data de entrada de 18/07/2017, apresentado por **INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE**, com o NIPC 501 254 242, com sede na rua de Leiria, Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara datada de 22/09/2017; Presente informação técnica, datada de 11/05/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidades apresentados em condições de ser aceites. Presente informação técnica datada de 14/05/2018, propondo o deferimento do presente processo de licenciamento.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento da construção de quatro campos de jogos em relvado sintético para formação, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 4128, 4694 e 995, inscrito o primeiro na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4339 e os segundos na matriz predial rústica, respetivamente sob os artigos n.º 160 e 157, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 303/17, com data de entrada de 18/07/2017, apresentado por **INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE**, com o NIPC 501 254 242, com sede na rua de Leiria, Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 -** Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

**2 -** Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

**3 -** Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**25. Req.º nº 725/18, datado de 13/04/2018 - Proc.º nº 131/18, datado de 13/04/2018 - Hélder Carlos de Sousa Morgado**

449 - Presente Processo Camarário n.º 1218/94, referente à “*Operação de Loteamento Urbano*”, levada a efeito no lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 6/95, datado de 03/08/1995, emitido em nome de “*VIRGÍLIO DOMINGUES FERNANDES E OUTRO*”.

Presente Processo Camarário n.º 490/99, referente à “*Alteração de Loteamento Urbano*”, incidente sobre os parâmetros urbanísticos definidos para o “*Lote n.º 3*”, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 9/99, datado de 31/08/1999, emitido em nome de “*ANTÓNIO MARQUES JESUS PEDROSO*”.

Presente requerimento n.º 725/18, datado de 2018/04/13, constante do processo camarário n.º 131/18, subscrito por **HÉLDER CARLOS DE SOUSA MORGADO**, com o NIF 104720115, com residência em rua das Portas Verdes, n.º 2, bloco B, 4.º, fração CS, freguesia e concelho de Leiria, inerente ao pedido de licenciamento para a “*Alteração de Loteamento Urbano*”, a incidir sobre o lote designado por “*Lote n.º 1*”, do referido loteamento urbano, visando a alteração dos parâmetros urbanísticos associados àquele lote, nomeadamente “*(...) quanto aos polígonos e áreas de implantação/construção definidos para a moradia e anexo, pelo facto de se ter verificado um desfasamento entre a localização e configuração da vala pública confinante com a estrema Sul/Poente do lote, assinalada na planta de síntese constante nos processos de licenciamento referidos, e a localização/configuração reais.*”.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/05/17, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação camarária.

**Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do disposto no art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e edificação - RJUE, a alteração à licença da “*Operação de Loteamento Urbano*”, titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 6/95, datado de 03/08/1995, emitido em nome de “*VIRGÍLIO DOMINGUES FERNANDES E OUTRO*” e Alvará de Loteamento n.º 9/99, datado de 31/08/1999, emitido em nome de “*ANTÓNIO MARQUES JESUS PEDROSO*”, a incidir sobre o lote designado por “*Lote n.º 1*”, do referido loteamento urbano, visando a alteração dos parâmetros urbanísticos associados àquele lote, nomeadamente “*(...) quanto aos polígonos e áreas de implantação/construção definidos para a moradia e anexo, pelo facto de se ter verificado um desfasamento entre a localização e configuração da vala pública confinante com a estrema Sul/Poente do lote, assinalada na planta de síntese constante nos processos de licenciamento referidos, e a localização/configuração reais.*”.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**26. Req.º nº 2052/17, datado de 30/11/2017 – PC N.º 535/17, datado de 30/11/2017 – Pedro Bernardo - Estruturas e Moldes Unipessoal Lda**

Processo apreciado no início da reunião.

**27. Req.º nº 915/18, datado de 09/05/2018 – PC N.º 182/15, datado de 06/02/2015 – ITL Investimentos Turísticos Lda.**

Processo retirado para apreciação em próxima reunião.

**28. Req.º nº 209/18, datado de 06/02/2018 - Proc.º n.º 33/18, datado de 06/02/2018 - Marco António Duarte Alves Laranjeira**

450 - Presente requerimento n.º 209/18, datado de 2018/02/06, constante do processo camarário n.º 33/18, subscrito por **MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA**, com o NIF 219677670, com residência em rua das Saudades, n.º 12, 1.º A, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de **licenciamento de Obras de Urbanização**, tendo em vista dotar o prédio sito na rua 52, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, da infraestrutura de Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas, face ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de Edifício de Habitação”*, composto por seis fogos, constante do processo camarário n.º 8/18.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/04/19, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação camarária.

**Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do disposto no art. 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, as Obras de Urbanização tendo em vista dotar o prédio sito na rua 52, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, da infraestrutura de Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas, face ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de Edifício de Habitação”*, composto por seis fogos, constante do processo camarário n.º 8/18, com o condicionalismo da prestação de caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do RJUE, no valor de € 2.893,00 (dois mil oitocentos e noventa e três euros).

**Delibera ainda**, nos termos do art. 53.º do RJUE, estabelecer um prazo de execução de 1 mês para a realização das respetivas obras de urbanização.

**Mais informa** que deverá comunicar aos respetivos serviços, o início das obras de urbanização a levar a efeito.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**29. Req.º nº 205/18, datado de 05/02/2018 - Proc.º n.º 456/17, datado de 16/10/2017 - Mário Carvalho da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz**

451 - Presentes requerimentos n.º 1171/17, n.º 2041/17 n.º 2179/17, n.º 87/18 e n.º 205/18, registados em 2017/10/16, 29/11/2017, 21/12/2017, 2018/01/16 e 2018/02/05, respetivamente, subscrito por **Mário Carvalho da Cruz**, com o NIF 165567767, e por **Maria Cristina Guerra Luís da Cruz**, com o NIF 141263369, ambos com morada na Rua do Comércio, n.º 25, Carvide, Leiria, do processo camarário n.º 456/17, registado em 2017/10/16, referente a pedido de **licenciamento de obra de construção de edifício de**



**habitação coletiva** de rés-do-chão, com dois fogos de habitações T3, garagens integradas no edifício, 382 m2 de área e implantação e de área bruta construção, **bem como o licenciamento de obra de construção de muros de vedação**, a erigir no prédio urbano sito na Rua dos Teimosos, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20323-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16564.

Presente parecer técnico datado de 2018/05/21, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º n.º 1171/17, n.º 2041/17 n.º 2179/17, n.º 87/18, 205/18, registados em 2017/10/16, 29/11/2017, 21/12/2017, 2018/01/16 e 2018/02/05, respetivamente, subscrito por Mário Carvalheiro da Cruz, com o NIF 165567767, e por Maria Cristina Guerra Luís da Cruz, com o NIF 141263369, ambos com morada na Rua do Comércio, n.º 25, Carvide, Leiria, do processo camarário n.º 456/17, registado em 2017/10/16, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de edifício de habitação coletiva de rés-do-chão, com dois fogos de habitações T3, garagens integradas no edifício, 382 m2 de área e implantação e de área bruta construção, bem como o licenciamento de obra de construção de muros de vedação, a erigir no prédio urbano sito na Rua dos Teimosos, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20323-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16564, bem como o parecer técnico datado de 2018/05/21, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o aditamento ao projeto apresentado pelo requerimento registado sob o n.º 205/18, em 2018/02/05, com vista à descrição de que o edifício projetado, se concretizado conformidade com o projeto, reunirá os requisitos para o prédio ser submetido ao regime de propriedade horizontal, por indicar frações que apresentam especificadas a mesma área de parte do prédio, com diferente valor relativo para cada fração sobre o valor total do prédio, em desconformidade com o n.º 1 do artigo 1418.º do Código Civil, com redação atual dada pelo Decreto-lei n.º 267/94 de 25 de outubro - Regime Jurídico da Propriedade Horizontal.

Na revisão do projeto o interessado deverá ainda apresentar:

- a) Memória Descritiva e Justificativa do projeto revista, na qual, entre outros que entenda por conveniente, sejam ordenados os respetivos itens e seja indicada a dimensão e características dos muros a erigir no prédio;
- b) Peças gráficas contendo a representação dos muros, perpendiculares à via pública, conforme disposições descritas na alínea f) do n.º 1 do artigo 18º do RMEUMMG;
- c) Memória Descritiva e Justificativa do Plano de Acessibilidade retificado tendo em conta o tipo de edificação a realizar e respetivas características.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**30. Req.º nº 1106/17, datado de 26/06/2017 - Proc.º nº 263/17, datado de 26/06/2017 - Maria da Conceição Pedrosa**

452 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1106/17, datado de 2017/06/26, constante do processo camarário n.º 263/17, inerente ao pedido de licenciamento da **“Legalização e alteração de moradia”** e **“Legalização da construção de anexo”** existentes, a incidir sobre um prédio urbano sito na rua Alfredo Gândara, n.º 2, lugar de Outeirinhos, Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13032 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7475 da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **MARIA DA CONCEIÇÃO PEDROSA**, com o NIF 105398977, com residência na rua dos Transformadores de Vidro, lote n.º 9, n.º 74, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/05/17, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da **“Legalização e alteração de moradia”** e **“Legalização da construção de anexo”** existentes, a incidir sobre um prédio urbano sito na rua Alfredo Gândara, n.º 2, lugar de Outeirinhos, Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13032 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7475 da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 263/17, com data de entrada em 2017/06/26, apresentado por **MARIA DA CONCEIÇÃO PEDROSA**, com o NIF 105398977, com residência na rua dos Transformadores de Vidro, lote n.º 9, n.º 74, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2018/05/17, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR a requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:

1. N.º 1 do art. 66.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, ao apresentar áreas de compartimentos da habitação a legalizar, nomeadamente da cozinha e de um dos quartos, inferiores às áreas mínimas exigidas.
2. N.º 5 do art. 42.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, ao prever um lugar de estacionamento em estrutura edificada, com dimensões inferiores às dimensões mínimas exigidas de 2,80m de largura e 5,50m de comprimento.
3. Alíneas b) e c) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, pelo facto do muro de vedação a legalizar, com a altura de 1,90m em alvenaria, na sua maior extensão ao longo da estrema confinante com a rua da Várzea, exceder a altura máxima de 0,80m permitida em alvenaria e a altura máxima de 1,50m, caso seja prevista a colocação de elementos gradeados os sebes vivas.

Mais delibera informar a requerente que a eventual reformulação da proposta apresentada com vista à sua reapreciação, deverá ter em consideração os seguintes aspetos:

1. A memória descritiva e justificativa deverá fazer o enquadramento correto da pretensão face ao regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, nomeadamente no que respeita aos índices e parâmetros urbanísticos definidos para a **“Área Central”**, em detrimento da indicação de **“Restante Área Urbana”**.

2. De acordo com o parecer dos respetivos serviços e tendo em consideração o n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, o alinhamento do muro de vedação confinante com a rua da Várzea, deverá garantir um afastamento mínimo de 5,00m ao seu eixo e o alinhamento da empena do anexo a legalizar, deverá manter o alinhamento da moradia existente, garantindo o afastamento de 6,60m ao referido eixo, prevendo o remate em calçada de calcário no alargamento do passeio contíguo àquela rua.

3. A cobertura do anexo deverá deixar de dispor de uma só água, passando a dispor de uma outra água inclinada e voltada para a rua da Várzea, de modo a reduzir o impacte visual da respetiva empena lateral e contribuir para uma melhor inserção urbana do conjunto a legalizar, junto da envolvente direta edificada.

A entrada para a garagem deverá passar a ser feita diretamente pela rua da Várzea, permitindo garantir as dimensões mínimas de estacionamento previstas no n.º 5 do art. 42.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, bem como a alínea a) do seu art. 39.º, no que respeita à segurança de acesso das viaturas a partir da via pública, eliminando-se assim o conflito existente de acesso no gaveto das ruas da Várzea com a rua Alfredo Gândara.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**31. Req.º nº 959/18, datado de 18/05/2018 - Proc.º nº 190/18, datado de 18/05/2018 - Tradilusa - Empreendimentos Imobiliários Lda**

453 - Presente requerimento n.º 959/18, datado de 2018/05/18, constante do processo camarário n.º 190/18, subscrito por **TRADILUSA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.**, com o NIPC 507186508, com sede em avenida do Vidreiro, n.º 156, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento de Obras de Urbanização, tendo em vista dotar os prédios sítos no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 20421 e 18700 e inscritos na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob os artigos número 20289-P e número 2614, respetivamente, da infraestrutura de Rede de Drenagem de Águas Pluviais, face ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de edifício habitacional e muros de vedação”*, composto por três fogos, constante do processo camarário n.º 554/17.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/05/23, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação camarária.

Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:

DEFERIR, nos termos do disposto no art. 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, o pedido de licenciamento de Obras de Urbanização tendo em vista dotar os prédios sítos no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 20421 e 18700 e inscritos na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob os artigos número 20289-P e número 2614, respetivamente, da infraestrutura de Rede de Drenagem de Águas Pluviais, face ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de Edifício de Habitação”*, composto por três fogos, constante do processo camarário n.º 554/17, com o condicionalismo da

prestação de caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do RJUE, no valor de € 1.297,40 (mil duzentos e noventa e sete euros e quarenta cêntimos).

Delibera ainda, nos termos do art. 53.º do RJUE, estabelecer um prazo de execução de 1 mês para a realização das respetivas obras de urbanização.

Mais informa que deverá comunicar aos respetivos serviços, o início das obras de urbanização a levar a efeito.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**32. Req.º nº 784/18, datado de 20/04/2018 – PC N.º 554/17, datado de 14/12/2017 – Tradilusa - Empreendimentos Imobiliários Lda**

454 - Presente requerimento n.º 784/18, datado de 2018/04/20, constante do processo camarário n.º 554/17, subscrito por **TRADILUSA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.**, com o NIPC 507186508, com sede em avenida do Vidreiro, n.º 156, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de edifício habitacional e muros de vedação**”, composto por três fogos, incidente sobre um dois prédios sitos no luar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20421 e 18700 e inscritos na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob os artigos número 20289-P e número 2614, respetivamente, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/04/16.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2018/05/08, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “**Construção de edifício habitacional e muros de vedação**”, composto por três fogos, incidente sobre um dois prédios sitos no luar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20421 e 18700 e inscritos na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob os artigos número 20289-P e número 2614, respetivamente, com o número de processo 554/17, com data de entrada em 2017/12/14, apresentado por **TRADILUSA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.**, com o NIPC 507186508, com sede em avenida do Vidreiro, n.º 156, freguesia e concelho de Marinha Grande, e o mesmo, com os seguintes condicionalismos da cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 650,00m2, ao longo da frente do prédio confinante com a rua do Corgo Sul e travessa do Corgo Sul, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “**PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E MURO FRONTAL**”, com o “**N.º 1A**”, datada de “**MAr. 2018**”, entregue a coberto do requerimento n.º 624/18, datado de 2018/03/27, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

**Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**33. Req.º nº 872/18, datado de 07/05/2018 - Proc.º n.º 164/18, datado de 07/05/2018 - Rui Manuel Ramos dos Santos**

455 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 872/18, datado de 07/05/2018, apresentado por **RUI MANUEL RAMOS DOS SANTOS**, com o NIF 110283210, com morada em Estrada dos Pinheiros, n.º 174, Marrazes, Leiria, a solicitar a autorização de utilização para a fração “N” do edifício sito na Rua da Maré Alta, n.º 5, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1197/1984, titulada pelo alvará de construção n.º 112, emitido em 08/02/1985.

Presente parecer técnico datado de 14/05/2018, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “N” do edifício sito em Rua da Maré Alta, n.º 5, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de RUI MANUEL RAMOS DOS SANTOS, com o NIF 110283210, com morada em Estrada dos Pinheiros, n.º 174, Marrazes, Leiria, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**34. Req.º nº 837/18, datado de 30/04/2018 - Proc.º n.º 224/17, datado de 31/05/2017 - Maria de Lurdes Moleirinho Ferreira da Cruz e Amílcar Leal da Cruz**

456 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 837/18, datado de 30/04/2018, apresentado por **MARIA DE LURDES MOLEIRINHO FERREIRA DA CRUZ**, com o NIF 116963611, e por **AMILCAR LEAL DA CRUZ**, com o NIF 1534158/60, ambos residentes em Rua Amílcar Paulo Grilo, n.º 13, Pilado, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Travessa dos Verginhos, Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações e de ampliação de moradia, legalização de construção de anexo e licenciamento de demolição de muro, titulada pelo alvará de obras de legalização e demolição n.º 9/18, emitido em 29/01/2018.

Presente parecer técnico datado de 15/05/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Travessa dos Verginhos, Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de MARIA DE LURDES MOLEIRINHO FERREIRA DA CRUZ, com o NIF 116963611, e de AMILCAR LEAL DA CRUZ, com o NIF 1534158/60, ambos residentes em Rua Amílcar Paulo Grilo, n.º 13, Pilado, freguesia e concelho de Marinha, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**35. Req.º nº 949/18, datado de 16/05/2018 - Proc.º nº 371/17, datado de 14/08/2017 - Cassilda Vieira de Sousa do Rosário**

457 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 949/18, datado de 16/05/2018, apresentado por **CASSILDA VIEIRA DE SOUSA DO ROSÁRIO**, com o NIF 145473570, com morada em Rua Álvaro Cunhal, n.º 8, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua Álvaro Cunhal, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações de moradia e legalização de construção de anexo, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 36/18, emitido em 09/05/2018.

Presente parecer técnico datado de 16/05/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Álvaro Cunhal, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de CASSILDA VIEIRA DE SOUSA DO ROSÁRIO, com o NIF 145473570, representada por Ana Rita Casaleiro de Oliveira, residente em Avenida 1.º de Maio, n.º 38, 4.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**36. E/3990/2018 - Pedido de ocupação de espaço público para retirada da rede elétrica apoiada em fachada**

458 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/3990/2018, datado de 26/04/2018, apresentado por **EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**, com o NIPC 504394029, com ocupação de espaço público para apoio à execução de retirada da rede elétrica apoiada em fachada, a levar a cabo em **Avenida 1.º de Maio, n.º 165**, freguesia e concelho de Marinha Grande, para que a proprietária da edificação proceda à sua demolição. Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 23/05/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido na mesma data pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação de espaço público para apoio à execução de retirada da rede elétrica apoiada em fachada, a levar a cabo**

em Avenida 1.º de Maio, n.º 165, freguesia e concelho de Marinha Grande, para que «a proprietária da edificação proceda à sua demolição.

Mais delibera informar a entidade de que deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**37. E/4307/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica**

459 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/4307/2018, datado de 07/05/2018, apresentado por **EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**, com o NIPC 504394029, para ocupação de espaço público para apoio aos trabalhos a realizar num apoio de MT existente, a levar a cabo em **Rua Santo António de Platina**, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 23/05/2018, sobre o assunto, bem como despacho do proferido na mesma data pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para apoio aos trabalhos a realizar num apoio de MT existente, a levar a cabo em **Rua Santo António de Platina**, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

A) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**38. Req.º nº 637/18, datado de 28/03/2018 - Proc.º n.º 267/2018, datado de 28/03/2018 - Ana Cristina da Costa Morais Roldão de Aguiar Enes**

460 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na Rua Alexandre Herculano, n.ºs 11-17, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.855 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6.713, inserido na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **ANA CRISTINA DA COSTA MORAIS ROLDÃO DE AGUIAR ENES**, com o NIF 119867443, com morada em Rua Morais Soares, n.º 105, 5. Dt.º, freguesia de Arroios e concelho de Lisboa.



Presente Auto de vistoria datado de 18/05/2018, relativo à vistoria realizada em 03/05/2018.

**Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:**

**Informar a requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de avaliação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 18/05/2018, ao imóvel sito na Rua Alexandre Herculano, n.ºs 11-17, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.855 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6.713, propriedade de ANA CRISTINA DA COSTA MORAIS ROLDÃO DE AGUIAR ENES, com o NIF 119867443, com morada em Rua Moraes Soares, n.º 105, 5. Dt.º, freguesia de Arroios e concelho de Lisboa, é atribuído o nível de conservação BOM correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 4,21.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**39. Req.º nº 650/18, datado de 02/04/2018 - Proc.º n.º 114/18, datado de 02/04/2018 - Telmo João Ventura Antunes Armindo e Amélia Emília Pereira da Silva Figueiredo**

461 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na Rua Marquês de Pombal n.º 59, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16718 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19, inserido na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **Telmo João Ventura Antunes Armindo**, com o NIF 229622585, residente na Rua Ilha do Pico, n.º 27, 1.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande e por **Amélia Emília Pereira da Silva Figueiredo**, com o NIF 201271575, residente na Rua D. João Pereira Venâncio, Lote 4, 2.º D, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente Auto de vistoria datado de 23/05/2018, relativo à vistoria realizada em 03/05/2018.

**Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:**

**Informar os requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de avaliação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 18/05/2018, ao imóvel sito na Rua Marquês de Pombal n.º 59, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16718 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 1, propriedade de Telmo João Ventura Antunes Armindo, com o NIF 229622585, residente na Rua Ilha do Pico, n.º 27, 1.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande e de Amélia Emília Pereira da Silva Figueiredo, com o NIF 201271575, residente na Rua D. João Pereira Venâncio, Lote 4, 2.º D, freguesia e concelho da Marinha Grande, é atribuído o nível de conservação BOM correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 3,79.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**40. Req.º nº 533/18, datado de 15/03/2018 - Proc.º n.º 224/2018, datado de 15/03/2018 - Liliana Sofia Ferreira Leal**

462 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na Rua Marquês de Pombal n.º 65, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.353 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 21, inserido na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **Liliana Sofia Ferreira Leal**, com o NIF 223794589, com morada em Rua das Andorinhas, n.º 5, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente Auto de vistoria datado de 24/04/2018, relativo à vistoria realizada em 17/04/2018.

**Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:**

**Informar a requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de avaliação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 18/05/2018, ao imóvel sito na Rua Marquês de Pombal n.º 65, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.353 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 21, propriedade de Liliana Sofia Ferreira Leal, com o NIF 223794589, com morada em Rua das Andorinhas, n.º 5, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, é atribuído o nível de conservação MÉDIO correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 2,94.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**41. E/3644/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada eléctrica**

463 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/3644/2018, datado de 07/05/2018, apresentado por **ACR – António Cristiano Rosário, Lda.**, com o NIPC 501135340, em representação da EDP Distribuição – Energia, S.A., para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo na **Rua Helena Lopes Vieira, S. Pedro de Moel**, freguesia e concelho de Marinha Grande, em 20 metros de passeio.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 23/05/2018, sobre o assunto, bem como despacho despacho do proferido na mesma data pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:**

**Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 20 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, apresentado por ACR – António Cristiano Rosário, Lda., com o NIPC 501135340, em representação da EDP Distribuição – Energia, S.A., a levar a cabo na Rua Helena Lopes Vieira, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- a) Os pavimentos, em calçada miúda, deverão ser repostos nas devidas condições, devendo, ainda, ser promovida a limpeza geral da área de intervenção;
- b) Deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO**

### **42. Pedido de indemnização por danos causados em pneu e jante de viatura automóvel – Requerentes: Adriana Catarina Santos Francisco e Manuel António Pereira Cortes – Responsabilidade civil – Deferimento.**

464 - Pela Srª. Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento recebido em 13-03-2018 da condutora Adriana Catarina Santos Francisco, com registo de entrada E/2546/2018, no qual refere os factos em que ocorreram os danos na viatura que conduzia, no passado dia 11/03/2018, pelas 11H45, na Rua Vila Real de Santo António, desta cidade.

Presente carta do proprietário do veículo automóvel danificado, Manuel António Pereira Cortes, recebida em 27-04-2018, com registo de entrada E/4177/2018, no qual ratifica o pedido apresentado pela condutora do veículo.

Presente participação da PSP-Polícia de Segurança Pública, a relatar a ocorrência.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datada de 11-04-2018.

Presente parecer jurídico n.º I/1204/2018-FO, de 09-05-2018, no qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública, devendo o Município da Marinha Grande indemnizar o proprietário do veículo, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do citado parecer n.º I/1204/2018 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que fica anexo à ata, delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 285,00€ (duzentos e oitenta e cinco euros), com IVA incluído, apresentado pela requerente Adriana Catarina Santos Francisco, titular do NIF 210216786 e ratificado pelo proprietário do veículo, Manuel António Pereira Cortes, titular do NIF 186263309, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada**

a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais delibera informar a requerente e o proprietário do veículo, que o pagamento/reembolso fica condicionado à apresentação do original do recibo comprovativo do pagamento da reparação dos danos em causa, nos exatos termos do orçamento que foi apresentado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**43. Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos materiais em veículo automóvel - Requerente: Ana Cristina Garcia Neves – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia**

465 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Informação jurídica n.º 1244/2018, de 17.05.2018, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Doc. n.º 4);

Presente Informação da Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 16.04.2018 (Doc. n.º 3)

Presente Informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, a qual conclui pela existência de um buraco e inexistência de sinalização na Rua Joaquim Tomé Féteira, freguesia de Vieira de Leiria (Doc. n.º 2);

Presente requerimento com o n.º E/2112/2018, registado em 02.03.2018, apresentado por Ana Cristina Garcia Neves, contribuinte n.º 204 101 387, residente no n.º 51 da Rua do Cais, freguesia de Vieira de Leiria, no qual requer indemnização, no valor total de 176,51 €, por danos ocorridos no veículo automóvel registado em nome do marido, na sequência de passar por cima de buraco, não sinalizado, existente na Rua Joaquim Tomé Feteira, freguesia de Vieira de Leiria, em 23.01.2018, anexando para o efeito “Participação de Ocorrência de Viação” n.º 13/2018 elaborado pela Guarda Nacional Republicana – Posto Territorial de Vieira de Leiria, 1 imagem dos danos, 1 imagem do buraco e 1 fatura proforma emitida em 01.02.2018 pela Sociedade Pneuredondo - Comércio e Reparação de Pneumáticos, Lda, no valor total de 176,51 € (Doc. n.º 1).

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 1244/2018, de 17.05.2018, que fica anexa à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar a requerente Ana Cristina Garcia Neves, do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **AÇÃO SOCIAL**

### **44. Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande - Retificação de incorreções e erros manifestos.**

466 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação I/601/2018 - FO, de 16-05-2018, da DJC-Divisão Jurídica e de Comunicação, dando conta de algumas incorreções e erros materiais detetados no Regulamento de Atribuição, de Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 25-09-2017 e publicado em 02-01-2018, na 2ª série do Diário da República, e propondo que os mesmos sejam devidamente retificados, nos termos do disposto no art.º 174.º, n.º 1, do CPA.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com a informação citada delibera, nos termos do previsto nos n.ºs. 1 e 2 do art.º 174.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo e ao abrigo da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º e para os efeitos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal a aprovação da retificação das seguintes incorreções e erros manifestos detetados no Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a qual produzirá efeitos retroativos e fica sujeita à mesma publicidade usada para o ato de aprovação do Regulamento retificado:**

**No art.º 12.º, n.º 3, alínea a), onde se lê:**

“a) Resposta a questionário a fornecer pelos serviços e disponível em [www.cmmgrande.pt](http://www.cmmgrande.pt), em anexo ao requerimento;”

Deve ler-se:

“a) Resposta a questionário a fornecer pelos serviços e disponível em [www.cm-mgrande.pt](http://www.cm-mgrande.pt), em anexo ao requerimento;”

**No art.º 12.º, n.º 5, onde se lê:**

“5 — A UOC pode, em casos devidamente fundamentados, solicitar a entrega de outros elementos aos candidatos ao procedimento concursal, com vista a garantir uma maior transparência e justiça no procedimento, cuja recusa ou falta de resposta no prazo fixado, pode ter por consequência a exclusão da candidatura, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 13.º deste Regulamento.”

Deve ler-se:

“5 — A UOC pode, em casos devidamente fundamentados, solicitar a entrega de outros elementos aos candidatos ao procedimento concursal, com vista a garantir uma maior transparência e justiça no procedimento, cuja recusa ou falta de resposta no prazo fixado, pode ter por consequência a exclusão da candidatura, nos termos do n.º 2, do artigo 13.º deste Regulamento.”

**No art.º 18.º, n.º 2, onde se lê:**

“2 — A audiência prévia prevista nas alíneas a) e b) do número anterior é realizada por carta registada, com aviso de receção, quando o número de candidatos seja inferior a 50 e por anúncio, quando o número de candidatos seja igual ou superior a 50.”

Deve ler-se:

“2 — A audiência prévia prevista nas alíneas b) e c) do número anterior é realizada por carta registada, com aviso de receção, quando o número de candidatos seja inferior a 50 e por anúncio, quando o número de candidatos seja igual ou superior a 50.”

**No art.º 18.º, n.º 3, onde se lê:**

“3 — A lista referida no número anterior é afixada nos lugares de estilo e publicitada através da página do Município na Internet em [www.cm-mgrande.pt](http://www.cm-mgrande.pt).”

Deve ler-se:

“3 — A lista referida na alínea a) do n.º 1 é afixada nos lugares de estilo e publicitada através da página do Município na Internet em [www.cm-mgrande.pt](http://www.cm-mgrande.pt).”

**No art.º 23.º n.º 1, onde se lê:**

“1 — Os contratos de arrendamento apoiado são de duração limitada, sendo celebrados pelo prazo de dez anos, a contar da data da sua assinatura, salvo nos casos previstos no artigo 11.º deste Regulamento, em que o prazo é fixado de acordo com a situação concreta que deu origem à atribuição do fogo e que não pode exceder, em caso algum, o prazo máximo de dois anos.”

Deve ler-se:

“1 — Os contratos de arrendamento apoiado são de duração limitada, sendo celebrados pelo prazo de dez anos, a contar da data da sua assinatura, salvo nos casos previstos no artigo 10.º deste Regulamento, em que o prazo é fixado de acordo com a situação concreta que deu origem à atribuição do fogo e que não pode exceder, em caso algum, o prazo máximo de dois anos.”

**No art.º 32.º, n.º 1, alínea q), onde se lê:**

“q) A mobilidade do agregado para outra habitação nos termos do artigo 26.º.”

Deve ler-se:

“q) A mobilidade do agregado para outra habitação nos termos do artigo 25.º.”

**No art.º 33.º, n.º 4, onde se lê:**

“4 — A cessação do contrato por renúncia opera no termo do prazo de seis meses a contar da data da primeira tentativa de contacto referida no número anterior e confere ao senhorio o direito de tomar posse da habitação e de considerar abandonados, a seu favor, os bens móveis nela existentes, se, após o decurso do prazo de 60 dias sobre a tomada de posse da habitação, não forem reclamados.”

Deve ler-se:

“4 — A cessação do contrato por renúncia opera no termo do prazo de seis meses a contar da data da primeira tentativa de contacto referida no número 1 e confere ao senhorio o direito de tomar posse da habitação e de considerar abandonados, a seu favor, os bens móveis nela existentes, se, após o decurso do prazo de 60 dias sobre a tomada de posse da habitação, não forem reclamados.”

**No art.º 34.º, n.º 4, onde se lê:**

“4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 34.º deste Regulamento e salvo acordo em sentido diferente, quaisquer bens móveis deixados na habitação, após qualquer forma de cessação do contrato e tomada de posse pelo Município da Marinha Grande, são considerados abandonados a favor deste, que deles pode dispor de forma onerosa ou gratuita, sem direito do arrendatário a qualquer compensação.”

Deve ler-se:

“4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 33.º deste Regulamento e salvo acordo em sentido diferente, quaisquer bens móveis deixados na habitação, após qualquer forma de cessação do contrato e tomada de posse pelo Município da Marinha Grande, são considerados abandonados a favor deste, que deles pode dispor de forma onerosa ou gratuita, sem direito do arrendatário a qualquer compensação.”

**No art.º 34.º, n.º 5, onde se lê:**

“5 — Os agregados familiares alvos de despejo com efetiva carência habitacional são previamente encaminhados para soluções legais de acesso à habitação ou para a prestação de apoios habitacionais.”

Deve ler-se:

“5 — Os agregados familiares alvos de despejo com efetiva carência habitacional são previamente encaminhados para soluções legais de acesso à habitação ou para a prestação de apoios habitacionais.”

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**45. Habitação social – Praceta da Liberdade, Bloco 3, 3.º Direito, Casal do Malta - Transmissão *ope legis* por falecimento da titular do contrato Anabela Mendes Ferreira ao filho José Manuel Ferreira Borges - Falta de uso do locado e falta de pagamento das rendas - Incêndio no locado - Resolução do contrato - Falta de alegações - Decisão final.**

467 - A Sr.ª Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presentes informações da DCD-Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - Área de Intervenção Social, com os nºs. I/1069/2011, de 28-09-2011, I/237/2016, de 19-02-2016 e outra enviada via e-mail de 28-03-2018, nas quais relatam a situação do arrendamento titulado por José Manuel Ferreira Borges, da habitação social sita na Praceta da Liberdade, Bloco 3, 3.º Dto., Casal do Malta, desta cidade.

Presente parecer jurídico I/818/2018, de 28-03-2018, que aqui se dá, para todos os legais efeitos, como integralmente reproduzido, que apreciou os factos e as provas produzidas e concluiu estarem preenchidos os requisitos legais e regulamentares para que seja acionada a resolução do contrato de arrendamento, propondo, em consequência, a formalização de pedido formal de intervenção e colaboração de outras entidades competentes para o acompanhamento do arrendatário após o despejo.

Presente deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 16-04-2018, que aprovou o projeto de resolução do contrato de arrendamento e determinou a realização de audiência prévia do arrendatário.

O arrendatário foi devida e regularmente notificado da deliberação de 16-04-2018, pelo ofício S/1506/2018, de 19-04-2018, não tendo apresentado quaisquer alegações no prazo que lhe foi concedido e que expirou no dia 11-05-2018.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação jurídica I/818/2018 e considerando que:**

- a) O arrendatário José Manuel Ferreira Borges sucedeu, *ope legis*, a sua mãe, Anabela Mendes Ferreira, na posição de titular do contrato de arrendamento, após o falecimento da mesma em 1 de setembro de 2003;
- b) O arrendatário, José Manuel Ferreira Borges, não cumpre, de forma reiterada e grave, com os seus mais elementares deveres para com o locado, designadamente o de pagamento da renda desde agosto de 2009 até esta data, o dever de utilizar a habitação em permanência e o dever de a manter em condições, mínimas, de segurança e de habitabilidade, pois não só a deixou degradar, como contribuiu para a cessação de todos os contratos de fornecimento de serviços públicos essenciais, como água, gás e eletricidade, há vários anos;
- c) A inexistência destes bens essenciais à vida humana na habitação, imprescindíveis à sua higienização e salubridade e à realização de uma real e verdadeira economia doméstica, é incompatível com uma correta e prudente utilização da mesma e com a manutenção do arrendamento. A este propósito importa lembrar que o conceito de «residência permanente», inerente à manutenção do arrendamento, exige que a ocupação da habitação revele: estabilidade, habitualidade, continuidade e o estabelecimento do centro de vida familiar (cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa de 12-06-2007, 1418/2007-1), realidades estas que no caso do arrendatário, são inexistentes;
- d) O incumprimento daqueles deveres constitui fundamento para a resolução definitiva do contrato de arrendamento, pela Câmara Municipal, nos termos dos artigos 1083.º, n.º 2, alínea a) e n.º 3, do C.C., 25.º, n.º 1, das Lei n.º 81/2014, e ainda do previsto no art.º 32.º, n.º 1, alíneas a), e), h), m) e n) do Regulamento de Atribuição, de Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande;
- e) A habitação em causa carece de obras urgentes de reabilitação e beneficiação, para a dotar novamente das condições necessárias e aptas ao fim habitacional a que a mesma se destina, pois ficou ainda mais degradada após o incêndio ocorrido em 12-02-2016;
- f) O arrendatário não reúne condições pessoais para manter o arrendamento, quer por inexistência de qualquer tipo de rendimentos imprescindíveis à sua subsistência (não são conhecidos dos serviços municipais) quer por razões de saúde e de ordem psicológica, razão pela qual tem vindo a residir, desde que saiu do presídio em 2015, com o seu tio;
- g) A manutenção do arrendamento, nas atuais condições, revela-se um risco para o próprio arrendatário e para outros moradores do prédio e bens neste existentes;
- h) O arrendatário, devida e regularmente notificado do teor da deliberação camarária de 16-04-2018, não apresentou quaisquer alegações no prazo de audiência prévia que lhe foi concedido e que expirou no passado dia 11-05-2018;
- i) Todas as rendas emitidas entre agosto de 2009 e o corrente mês, em nome da primitiva titular do contrato de arrendamento, Anabela Mendes Ferreira, falecida em 01-09-2003, devem ser anuladas pelos serviços competentes, por terem sido incorretamente emitidas e não serem suscetíveis de cobrança coerciva, nessas condições;



- j) O prazo de prescrição das rendas habitacionais é de 5 anos a contar da data do seu vencimento, nos termos da alínea b) do art.º 310.º, Código Civil, pelo que todas as rendas que tenham vencido para além deste prazo, encontram-se prescritas, como é o caso das relativas aos meses de agosto de 2009 a abril de 2013;
- k) A habitação social constitui um bem escasso do Município essencial e imprescindível ao alojamento dos muitos agregados familiares de fracos recursos económicos existentes no concelho, o que torna insustentável e inexigível a manutenção do contrato de arrendamento nas condições atrás mencionadas,

Delibera, pelas razões de facto e de direito expostas e ao abrigo da competência conferida pelo n.º 2 do art.º 32.º do mesmo Regulamento, resolver o contrato de arrendamento titulado por José Manuel Ferreira Borges, residente na Praceta da Liberdade, Bloco 8, 2.º Drtº., Casal do Malta, fixando-se em 30 dias o prazo para que o mesmo proceda à desocupação da habitação e à entrega voluntária da mesma e das respetivas chaves, nesta Câmara Municipal.

Fica ainda notificado de que, nos termos do n.º 3 do art.º 30.º, dos nºs. 3 a 5 do art.º 32.º e dos nºs. 1 e 2 do art.º 35.º, todos do já citado Regulamento:

- a) O incumprimento voluntário da obrigação de desocupação e entrega da habitação no prazo fixado, terá por consequência a execução do despejo pelo Município, com requisição da autoridade policial competente, conforme previsto nos nºs. 1 e 2 do art.º 34.º do mesmo RAAH, considerando-se abandonados a favor deste, quaisquer bens móveis deixados na mesma, sem direito do arrendatário a qualquer indemnização.
- b) Ao Município assiste o direito de ser ressarcido das despesas efetuadas com a realização de obras necessárias à reposição da habitação nas condições em que se encontrava, à data da celebração do contrato, decorrentes de eventuais danos que se venham a verificar no fogo, após a resolução do contrato.
- c) Esta decisão final de resolução do contrato de arrendamento é suscetível de impugnação perante o competente TAF-Tribunal Administrativo e Fiscal.

Mais delibera cometer à DCD-Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, o devido acompanhamento do despejo e do visado José Manuel Ferreira Borges, nos termos do último parágrafo da anterior deliberação de 16-04-2018, que aqui se reitera.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**46. Habitação social - Rua Adriano Marques Nobre, 79, Camarnal - Falta de pagamento das rendas - António José Jesus Bonita - Projeto de resolução do contrato de arrendamento - Falta de alegações - Decisão final.**

468 - A Sr.ª Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presentes informações da DCD-Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - Área de Intervenção Social, uma com o nº. I/866/2012, de 26-01-2012 e outra enviada via e-mail de

28-03-2018, nas quais relatam a situação do arrendamento titulado por António José de Jesus Bonita, da habitação social sita na Rua Adriano Marques Nobre, n.º 79, Camarnal.

Presente parecer jurídico I/821/2018, de 28-03-2018, que aqui se dá, para todos os legais efeitos, como integralmente reproduzido, que apreciou os factos e as provas produzidas e concluiu estarem preenchidos os requisitos legais e regulamentares para que seja acionada a resolução do contrato de arrendamento e a posterior interposição de ação executiva para pagamento de quantia certa, junto do TAF-Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

Presente deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 16-04-2018, que aprovou o projeto de resolução do contrato de arrendamento e determinou a realização de audiência prévia do arrendatário.

O arrendatário foi devida e regularmente notificado da deliberação de 16-04-2018, pelo ofício S/1502/2018, de 19-04-2018, não tendo apresentado quaisquer alegações no prazo que lhe foi concedido e que expirou no dia 11-05-2018.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação jurídica I/821/2018 e considerando que:**

- 1. O arrendatário António José Jesus Bonita ausentou-se do locado entre os anos de 2005 e 2011, sem qualquer comunicação e justificação apresentadas nesta Câmara Municipal;**
- 2. Desde janeiro de 2007 deixou de pagar a respetiva renda do locado, no valor mensal de 248,31€;**
- 3. Em 2011, em data que não foi possível precisar, regressou ao locado, uma vez mais sem qualquer comunicação a esta Câmara Municipal;**
- 4. Mesmo após o seu “regresso” à habitação locada, continuou a não pagar as rendas em atraso nem as rendas subsequentes à reocupação do locado, que acumula um valor de 33.414,85€;**
- 5. Com este comportamento o arrendatário violou o seu dever imposto pelo art.º 1038.º, alínea a) do Código Civil, facto que constitui fundamento para a resolução do contrato de arrendamento, nos termos do art.º 1083.º, n.º 2, alínea a) e n.º 3.º, do mesmo C.C., do art.º 25.º, n.º 1 do RAAH-Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação e do art.º 32.º, n.º 1, alínea h) do Regulamento de Atribuição, de Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande;**
- 6. O arrendatário, devida e regularmente notificado do teor da deliberação camarária de 16-04-2018, não apresentou quaisquer alegações no prazo de audiência prévia que lhe foi concedido e que expirou no passado dia 11-05-2018;**
- 7. A dívida das rendas em atraso, não prescritas, perfaz, atualmente, o montante de 14.898,60€, correspondente aos 60 meses entre maio de 2013 e abril de 2018, valor este que o arrendatário não pagou no prazo de 10 dias úteis que lhe foi concedido;**

8. A habitação social constitui um bem escasso do Município essencial e imprescindível ao alojamento dos muitos agregados familiares de fracos recursos económicos existentes no concelho, o que torna insustentável e inexigível a manutenção do contrato de arrendamento nas condições atrás mencionadas,

Delibera, pelas razões de facto e de direito expostas e ao abrigo da competência conferida pelo n.º 2 do art.º 32.º do mesmo Regulamento, resolver o contrato de arrendamento celebrado com o arrendatário, António José de Jesus Bonita, residente na Rua Adriano Marques Nobre, n.º 79, Camarnal, fixando-se em 30 dias o prazo para que o mesmo proceda à desocupação da habitação e à entrega voluntária da mesma e das respetivas chaves, nesta Câmara Municipal.

Fica ainda notificado de que, nos termos do n.º 3 do art.º 30.º, dos nºs. 3 a 5 do art.º 32.º e dos nºs. 1 e 2 do art.º 35.º, todos do já citado Regulamento:

- a) O valor total das rendas em dívida é, na data desta deliberação, de 14.898,60€ (catorze mil oitocentos e noventa e oito euros e sessenta cêntimos), correspondente aos 60 meses entre maio de 2013 e abril de 2018, os quais serão agora cobrados, coercivamente, em ação executiva para pagamento de quantia certa, a instaurar no competente TAF-Tribunal Administrativo e Fiscal.
- b) O direito de resolução do contrato de arrendamento não caduca mesmo que o pagamento das rendas em atraso venha a ser efetuado.
- c) O incumprimento voluntário da obrigação de desocupação e entrega da habitação no prazo fixado, terá por consequência a execução do despejo pelo Município, com requisição da autoridade policial competente, conforme previsto nos nºs. 1 e 2 do art.º 34.º do mesmo RAAH, considerando-se abandonados a favor deste, quaisquer bens móveis deixados na mesma, sem direito do arrendatário a qualquer indemnização.
- d) Ao Município assiste o direito de ser ressarcido das despesas efetuadas com a realização de obras necessárias à reposição da habitação nas condições em que se encontrava, à data da celebração do contrato, decorrentes de eventuais danos que se venham a verificar no fogo, após a resolução do contrato.
- e) Esta decisão final de resolução do contrato de arrendamento é suscetível de impugnação perante o competente TAF-Tribunal Administrativo e Fiscal.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**47. Apreciação de candidaturas apresentadas no 4º trimestre de 2017 e de candidaturas apresentadas no 3º trimestre de 2017, sujeitas a audiência prévia, relativas ao incentivo à natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande**

469 - Presente informação n.º I/1174/2018 datada de 07 de maio de 2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação de 35 (trinta e cinco) processos de candidatura no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, que deram entrada no 4º Trimestre de 2017 e 1º trimestre de 2018, relativos a crianças nascidas até 31 de dezembro de 2017 e ainda de 1 (um) processo de candidatura que deu entrada no 3º trimestre de 2017 (ao qual foi realizada

audiência prévia de acordo com o preceituado no nº 1 e no nº 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de janeiro de 2015 e deliberação em reunião de Câmara Municipal de 11 de dezembro de 2017), conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de Câmara Municipal de 16 de abril de 2014, e em sessão da Assembleia Municipal datada de 30 de abril de 2014 .

Considerando que de acordo com o nº 1 do artigo 2º o Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aplica-se às crianças nascidas entre 01 de julho de 2013 e 31 de dezembro de 2017, e que de acordo com o nº 1 do artigo 6º do citado regulamento, a candidatura deve dar entrada nos serviços municipais, contendo todos os documentos mencionados no artigo 5º, até 6 (seis) meses, no máximo, após o nascimento da criança;

Foram analisados 35 (trinta e cinco) processos de candidatura no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, que deram entrada no 4º Trimestre de 2017 e 1º trimestre de 2018, relativos a crianças nascidas até 31 de dezembro de 2017.

Considerando que dos 35 (trinta e cinco) processos que deram entrada no 4º trimestre de 2017 e no 1º trimestre de 2018, ao abrigo da alínea a) ou b) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, 33 (trinta e três) processos de candidatura cumprem as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do n. 1 do artigo 3.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande;

Considerando que essas 33 (trinta e três) candidaturas cumprem os requisitos para atribuição do valor do incentivo definido na alínea a) ou b) do artigo 4.º do regulamento mencionado, designadamente os Constantes no Anexo A;

Considerando que dos 35 (trinta e cinco) processos que deram entrada no 4º trimestre de 2017 e 1º trimestre de 2018, ao abrigo da alínea a) ou b) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, 1 (uma) candidatura, abaixo identificada, não cumpre com as condições previstas na alínea e) do n. 1 do artigo 3º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, existindo dívidas ao município por parte do progenitor requerente, devendo ser realizada a audiência prévia aos interessados, com vista à comunicação da intenção de indeferimento, de acordo com o preceituado no nº 1 e no nº 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de janeiro de 2015, designadamente o constante no anexo B.

Considerando que dos 35 (trinta e cinco) processos que deram entrada no 4º trimestre de 2017 e 1º trimestre de 2018, ao abrigo da alínea a) ou b) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, 1 (uma) candidatura, abaixo identificada, a candidatura não foi acompanhada de toda a documentação exigida conforme estabelece o artigo 5º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de Câmara Municipal de 16 de abril de 2014, e em sessão da Assembleia Municipal datada de 30 de abril de 2014, devendo ser realizada a audiência prévia aos interessados, com vista à comunicação da intenção de indeferimento, de acordo com o preceituado no nº 1 e no nº 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de janeiro de 2015, designadamente o constante no anexo C

Considerando que em 1 (um) processo que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, no 3º trimestre de 2017, e que foi sujeito a audiência prévia, não houve qualquer resposta por parte dos requerentes;

Considerando que o processo acima referido e abaixo identificado, sujeito a audiência prévia, não cumpre as condições de atribuição do incentivo, consagradas na alínea f) do artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, uma vez que o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 4 (quatro) salários mínimos nacionais (SMN's), designadamente o constante no anexo D.

Deste modo e atendendo a que:

- a) Os processos originais a que se refere a informação se encontram na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, com a respetiva documentação;
- b) A dotação financeira necessária está prevista na Ação 2018/A/88.

**A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera:**

- a) Ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande deferir 33 (trinta e três) candidaturas, mencionadas nesta deliberação, constantes nos documentos em anexo;
- b) A atribuição e pagamento do incentivo à natalidade ao primeiro progenitor requerente, nos processos abaixo identificados, calculado com base na alínea a) ou b) do artigo 4.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho da Marinha Grande, designadamente os constantes no anexo E.
- c) A realização da audiência prévia de acordo com o preceituado no nº 1 e no nº 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de janeiro de 2015, às candidaturas abaixo identificadas, pelas razões supra indicadas existindo intenção de indeferimento, designadamente os constantes no anexo F.
- d) O indeferimento de 1 (uma) candidatura abaixo identificada, por não cumprir as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do n. 1 do artigo 3.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, uma vez que o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 4 (quatro) salários mínimos nacionais (SMN's), designadamente os constantes no anexo G.
- e) Definir as datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa, a saber:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	Até 18/06/2018
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	Até 18/09/2018

**Mais delibera que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

Os Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Melina Mira Domingues proferiram a seguinte declaração de voto:

*“VOTO a favor por concordarmos com a medida na generalidade.*

*Entendemos que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento razoável se ele for constituído apenas por duas pessoas mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento.”*

#### **48. Atualização bienal de renda de habitação social referente a Leonel Domingues Gentil.**

470 - Presente informação n.º 1308 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 8 de março de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à atualização bienal de rendas para entrada em vigor a partir do próximo mês de maio do corrente ano.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)”

Considerando o n.º 1 do artigo 22.º, a referida lei determina que a renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1% do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada ano;

Considerando que o n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma legal estabelece que a reavaliação pelo senhorio das circunstâncias que determinam o valor da renda realiza-se, no mínimo, a cada três anos;

Considerando que em reunião de câmara datada de 28 de maio de 2015, foi aprovado por unanimidade a atualização bienal das rendas dos bairros sociais;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande determina que o montante da renda é determinado bienalmente;

Considerando, por fim os cálculos demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base a Declaração de IRS de 2017

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o n.º 1 do artigo 22.º e artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande proceder à revisão bienal da renda do inquilino abaixo identificado, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:**

**Rua General Humberto Delgado – Bloco 30**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/16	RENTA/18
Leonel Domingues Gentil	R/ch B	01/03/1987	9,82€	11,61€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de julho do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**49. Atualização bienal de rendas de habitação social para entrada em vigor a partir de agosto do corrente ano – Judite da Conceição Santos Vieira**

471 - Presente informação n.º 1321/2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 21 de maio de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à atualização bienal de rendas para entrada em vigor a partir do próximo mês de maio do corrente ano.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$  em que:

T = Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)"

Considerando o n.º 1 do artigo 22.º, a referida lei determina que a renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1% do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada ano;

Considerando que o n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma legal estabelece que a reavaliação pelo senhorio das circunstâncias que determinam o valor da renda realiza-se, no mínimo, a cada três anos;

Considerando que em reunião de câmara datada de 28 de maio de 2015, foi aprovado por unanimidade a atualização bienal das rendas dos bairros sociais;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande determina que o montante da renda é determinado bienalmente;

Considerando, por fim os cálculos demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o n.º 1 do artigo 22.º e artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande proceder à revisão bienal da renda, de Judite da Conceição Santos Vieira, sendo o valores a aplicar o constante do quadro seguinte:**

**Praceta da Liberdade Bloco 6**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/16	RENTA/18
Judite da Conceição Santos Vieira	2.º Dt.º	21/04/1976	165,43€	135,22€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de agosto do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**50. Celebração de acordo de regularização de dívida em nome de José Manuel Rodrigues, arrendatário residente na Rua Júlio Braga Barros, blc 5 -1º A - Casal de Malta.**

472 - Presente requerimento com o registo de entrada E/4668/2018, datado de 14 de maio, em nome de José Manuel Rodrigues, a solicitar o pagamento da dívida existente referente a rendas em atraso, em 15 prestações mensais.

Presente informação n.º 1334/18 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 22 de maio de 2018, através da qual se expõe a situação do referido arrendatário e as circunstâncias que levaram à existência da presente dívida por parte deste e propõe a celebração de um acordo de regularização do montante que se encontra por liquidar, no valor de 1039,26€, em 15 prestações mensais, a partir de junho do corrente ano.



Mais informa que ao pagamento do valor mensal da prestação do acordo, acresce sempre o valor da renda do mês corrente.

Considerando que José Manuel Rodrigues não reúne presentemente condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a intenção manifestada por parte do arrendatário em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de 1039,26€ (mil e trinta e nove euros e vinte e seis cêntimos);

Considerando a proposta apresentada para pagamento da dívida, em 15 prestações mensais, acrescida sempre do valor da renda atual;

Considerando a alínea k) do n.º 1 do artigo 29.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor que determina que, de entre outros, se constituem como deveres e obrigações dos arrendatários, apresentar justificação válida em caso de atraso no pagamento da renda ou acumulação de vários meses em dívida (seis prestações), de forma a evitar a resolução do contrato de arrendamento e, com ele vir a ser celebrado um acordo prestacional, com vista à regularização do montante em dívida;

Considerando que o Regulamento de Atribuição, Gestão e Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, é omissivo quanto à competência da Câmara Municipal em deliberar a aprovação da proposta de pagamento em prestações;

Considerando a atribuição de competência da Câmara Municipal, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a alínea k) do n.º 1 do artigo 29.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande concordar com o pagamento da dívida, no valor de 1039,26€ (mil e trinta e nove euros e vinte e seis cêntimos), em 15 prestações mensais, sendo 14 prestações, no valor unitário de 69,29€ (sessenta e nove euros e vinte e nove cêntimos) e a 15.ª, no valor de 69,20€ (sessenta e nove euros e vinte cêntimos).**

**Mais delibera que no ato de pagamento do valor de uma prestação do acordo de regularização acresça ainda o valor correspondente à renda do mês corrente, com entrada em vigor a partir de junho do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**51. Celebração de acordo de regularização de dívida em nome de Vitor Manuel Louraço Raimundo, arrendatário residente na Praceta da Liberdade, blc 1 -r/ch dtº Casal de Malta.**

473 - Presente requerimento com o registo de entrada E/3265/2018, datado de 9 de maio, em nome de Vitor Manuel Louraço Raimundo a solicitar o pagamento da dívida existente referente a rendas em atraso, em 18 prestações mensais.

Presente informação n.º 1336/18 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 22 de maio de 2018, através da qual se expõe a situação da referida arrendatária e as circunstâncias que levaram à existência da presente dívida por parte desta e propõe a celebração de um acordo de regularização do montante que se encontra por liquidar, no valor de 1006,08€, em 18 prestações mensais, a partir de julho do corrente ano.

Mais informa que ao pagamento do valor mensal da prestação do acordo, acresce sempre o valor da renda do mês corrente.

Considerando que Vítor Manuel Raimundo não reúne presentemente condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a intenção manifestada por parte do arrendatário em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de 1 006,08€ (mil e seis euros e oito cêntimos);

Considerando a proposta apresentada para pagamento da dívida, em 18 prestações mensais, acrescida sempre do valor da renda atual;

Considerando a alínea k) do n.º 1 do artigo 29.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor que determina que, de entre outros, se constituem como deveres e obrigações dos arrendatários, apresentar justificação válida em caso de atraso no pagamento da renda ou acumulação de vários meses em dívida (seis prestações), de forma a evitar a resolução do contrato de arrendamento e, com ele vir a ser celebrado um acordo prestacional, com vista à regularização do montante em dívida;

Considerando que o Regulamento de Atribuição, Gestão e Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, é omissivo quanto à competência da Câmara Municipal em deliberar a aprovação da proposta de pagamento em prestações;

Considerando a atribuição de competência da Câmara Municipal, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a alínea k) do n.º 1 do artigo 29.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande concordar com o pagamento da dívida, no valor de 1 006,08€ (mil e seis euros e oito cêntimos) em 18 prestações mensais, sendo 17 prestações, no valor unitário de 55,89€ (cinquenta e cinco euros e oitenta e nove cêntimos) e a 18.ª, no valor de 55,95€ (cinquenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos).**

Mais delibera que no ato de pagamento do valor de uma prestação do acordo de regularização acresça ainda o valor correspondente à renda do mês corrente, com entrada em vigor a partir de julho do corrente ano.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**52. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Vitor Manuel Rodrigues Nobre, inquilino residente na Praceta da Liberdade, blc 1 - 3º esq, Casal de Malta por motivo de alteração do rendimento do agregado familiar.**

474 - Presente informação n.º 1053 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 23 de abril de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€).

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda de, Vitor Manuel Rodrigues Nobre sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:**

**PRACETA DA LIBERDADE, BLC 1- 3º Esq °**

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/16	RENTA/18
Vítor Manuel Rodrigues Nobre	3º Esqº	01/10/2017	9,14€	38,60€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de junho de 2018.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**53. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Maria Celeste Pedroso Marques, inquilina residente na Praceta da Liberdade, blc 8, 2º esqº, Casal de Malta por motivo de alteração do agregado familiar e rendimento mensal**

475 - Presente informação n.º 1295/2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 18 de maio de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração da composição e do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€).

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, na composição do agregado familiar e o valor do rendimento mensal;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à**

**revisão da renda de, Maria Celeste Pedroso Marques sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:**

**PRACETA DA LIBERDADE, BLC 7- 2º Esqº**

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/16	RENTA/18
Maria Celeste Pedroso Marques	3º Dtº	21/05/1998	20,01€	166,28€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de agosto de 2018.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**54. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Maria Cristina Pereira Rosa, inquilina residente na Praceta da Liberdade, blc 1, 3º dtº, Casal de Malta por motivo de alteração do rendimento mensal**

476 - Presente informação n.º 1317/2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 21 de maio de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€).

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda de, Maria Cristina Pereira Rosa sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:**

**PRACETA DA LIBERDADE, BLC 1- 3º Dtº**

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENDA/16	RENDA/18
Maria Cristina Pereira Rosa	3º Dtº	01/10/2017	37,55€	50,58€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de agosto de 2018.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**55. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Ana Luísa Morgado Tocha, inquilina residente na Praceta da Liberdade, blc 7, 3º dtº, Casal de Malta por motivo de alteração do agregado familiar e rendimento mensal**

477 - Presente informação n.º1313/2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 16 de maio de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração da composição e do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$  em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€).

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, na composição do agregado familiar e o valor do rendimento mensal;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda de, Ana Luísa Morgado Tocha sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:**

**PRACETA DA LIBERDADE, BLC 7- 3ºDtº**

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENDA/16	RENDA/18
Ana Luísa Morgado Tocha	3º Dtº	01/10/2017	52,58€	207,80€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de agosto de 2018.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**56. Aprovação do programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade - 2018/2021**

Sobre este processo o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse o seguinte:

*“O objetivo fundamental deste programa é dar mais qualidade de vida aos nossos seniores, e este programa de atividade física deve servir para incentivar a que saiam de casa regularmente e mantenham a forma física.*

*No último artigo 23º diz que tem efeitos retroativos a 1 de Janeiro. Dado o parecer da CCDRC, sugiro que se confirme se é possível.*

*Congratulamo-nos por finalmente terem atendido aos nossos alertas para fazer a discriminação positiva em função do número de utentes e não darem um valor igual qualquer que fosse o envolvimento de pessoas. Afinal tínhamos razão neste programa, como nos outros, sobretudo nos regulamentos dos subsídios aos clubes. Só peca por tardio, pois vamos apoiar a atividade física em 2018, apenas no segundo semestre.*

*Votamos a FAVOR”*

478 - Presente informação da DCD n.º I/798/2018 relativa ao Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade – 2018/2021;

Presente proposta de Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade – 2018/2021;

Presente parecer jurídico da DJC com o n.º I/1268/2018-FO relativo à competência para aprovação do Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade – 2018/2021;

Reconhecendo os benefícios psicológicos e sociais e os ganhos significativos para a qualidade de vida e condições de saúde das pessoas idosas, o Município da Marinha Grande tem vindo a promover o Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade desde 2006, apoiando um conjunto de associações do concelho para que estas promovam ações destinadas a pessoas com idade, preferencialmente superior a 65 anos, com o objetivo de promover a prática de atividades físicas e de hábitos de vida saudáveis, facilitando o acesso da população idosa à prática de atividades físicas gratuitas.

Este programa tem pretendido contribuir para a melhoria das condições de vida e bem-estar dos idosos do concelho, de forma solidária e inclusiva, consubstanciada nos seguintes objetivos:

- a) Sensibilização da população com idade igual ou superior a 65 anos para a importância da prática do exercício físico, como meio de promoção do bem-estar, da saúde e da qualidade de vida;
- b) Facilitar o acesso da população idosa, com menos recursos financeiros, à prática de atividades físicas;
- c) Fomentar o convívio como valor social indispensável;
- d) Promover a prática de estilos de vida saudáveis;

Deste modo, considerando que:

- 1. A atividade física é um importante meio de prevenção e promoção da saúde dos idosos;
- 2. O município não possui meios próprios para desenvolver este tipo de atividades/programa;
- 3. O Plano de Atividades Municipais aprovado em reunião de Câmara de 21 de dezembro de 2017 e pela Assembleia Municipal em 29 de dezembro de 2017 prevê, na ação 2018/A/91, uma verba destinada a apoiar as entidades que promovam este programa no período de 2018/2021;
- 4. O Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006;
- 5. A existência de um programa para o funcionamento da atividade física para a 3.ª idade permite regular o respetivo acesso e o funcionamento desta atividade;



7. As atividades têm vindo a ser desenvolvidas por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo;
8. As associações já estão fortemente enraizadas na comunidade e já possuem ligações ao público-alvo deste programa;
9. Os beneficiários das atividades criaram uma rotina de participação nas aulas que são promovidas no âmbito deste projeto, pretendendo-se continuar a desenvolvê-lo no período de 2018-2021;
10. A competência da para aprovação do Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade – 2018/2021 é da Câmara Municipal;

**A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro:**

- a. **Aprovar o Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade relativo ao período 2018-2021.**
- b. **Aprovar a minuta de contrato de parceria em anexo, a celebrar com as entidades beneficiárias, que estabelecem os termos desta parceria, bem como as respetivas obrigações das entidades.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**57. Proposta de admissão da candidatura da Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos para o funcionamento do Ginásio do Cérebro Sénior, decorrido o prazo de audiência prévia.**

Sobre este processo o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse o seguinte:

*“Ainda bem que foi revista a posição da câmara e foi decidido admitir esta candidatura. Era uma injustiça ter um projeto destes excluído e só demonstra a falta de rigor dos critérios existentes e a necessidade do novo regulamento que este executivo permanente insiste em não apresentar.*

*Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações, e muito mais quando falamos de seniores ou jovens. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este nem qualquer outro apoio algumas vezes deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos critérios, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

A **Sr.ª Presidente** informou que está a decorrer um procedimento e que durante esse período podem ser dados contributos e até agora não houve nenhuns, pelo que convidou o Sr. Vereador a dar o seu contributo.

479 - Presente informação n.º 1286/2018 da DCD, datada de 17 de maio, bem como relatório da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 79/2018, datado de 16 de março, relativa à

proposta de admissão da candidatura apresentada pela comissão mencionada em epígrafe, em face das alegações apresentadas pela entidade, no decorrer do prazo de audiência prévia.

Considerando que em reunião da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, realizada a 26 de janeiro de 2018, a candidatura da C.R.P.I., no âmbito do programa de apoio anual, obteve uma pontuação de 22,8 pontos;

Considerando que em reunião de câmara, datada de 16 de abril do corrente ano e nos termos do previsto nos artigos 13.º e n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado RMAAB, foi deliberado determinar a realização de audiência prévia à entidade em causa, relativa à intenção de exclusão da candidatura mencionada em epígrafe para o desenvolvimento do projeto do Ginásio do Cérebro Sénior, em 2018.

Considerando que a entidade, nos termos do Código do Procedimento Administrativo (artigos 121.º e 122.º, do Decreto-Lei n.º 4/2015), foi notificada da intenção do Município da Marinha Grande em excluir a referida candidatura;

Considerando que no decorrer do prazo de audiência prévia a CRPI, discordando da intenção do Município da Marinha Grande, apresentou alegações com vista à reavaliação, por parte da comissão de apreciação, da pontuação obtida.

Considerando as alegações apresentadas e verificando-se a alteração do n.º atual de beneficiários do referido projeto, a comissão procedeu desta forma à reavaliação da referida candidatura, tendo sido obtida a seguinte pontuação:

**ATIVIDADE ANUAL:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9000/2017	C.R.P.I.	506171795	Ginásio do Cérebro Sénior	26

Considerando que nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do regulamento, aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de 14 de agosto de 2014 e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2014, as entidades que tenham a sua sede e/ou desenvolvam atividades no concelho/instalações na Marinha Grande com caráter regular ou pontual, estejam legalmente constituídas e revistam a forma jurídica a que seja inerente a não prossecução de fins lucrativos, podem beneficiar de apoios ou benefícios financeiros;

Considerando que o regulamento prevê ainda, nos termos do artigo 12.º, a forma de instrução das candidaturas, bem como os documentos que a devem acompanhar;

Considerando que no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento, a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos, cabendo à Câmara Municipal deliberar sobre a decisão final de admissão ou exclusão das candidaturas, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento;

Considerando que a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente ( artigo 6.º);

Considerando que a candidatura da C.R.P.I. foi reavaliada e classificada, nos termos do disposto no artigo 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido o seguinte resultado:

**ATIVIDADE ANUAL:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/9000/2017	C.R.P.I.	506171795	Ginásio do Cérebro Sénior	26	ADMITIR

Considerando que o RMAAB determina no n.º 4 e 5 do artigo 13.º que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder.

Considerando que nos termos do n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do RMAAB, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (alterada pelas leis nº 22/2015, de 17 de março, lei nº 66 –B/2012, de 31 de dezembro, Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro e Lei nº 20/2012, de 14 de maio);

Considerando o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação, em anexo.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do nº 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

**ATIVIDADE ANUAL**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/9000/2017	C.R.P.I.	506171795	Ginásio do Cérebro Sénior	26	ADMITIR

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Melina Mira Domingues, que proferiram a seguinte declaração de voto:

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA**

### **58. Casa da Cultura Teatro Stephens - Pedido de cedência para o dia 29 de junho apresentado pelo Sport Operário Marinhense.**

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

480 - Presente pedido apresentado pela Direção do Sport Operário Marinhense com o n.º de registo E/3633/2018 de 15 de abril, em que é solicitada à Câmara Municipal a cedência a título gratuito da Casa da Cultura Teatro Stephens bem como piano, técnicos de luz e som e pessoal de sala, para realização do espetáculo de final de ano do Departamento de Música da Escola daquela instituição, a realizar no dia 29 de junho.

Presente igualmente a Informação Técnica com referência I/1163/2018 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo) e à programação prevista. Presente igualmente documentação comprovativa do parecer da Chefe da DCD e do despacho da Sr.ª Vereadora Dr.ª Célia Guerra, que recaíram sobre o pedido, datados respetivamente de 26 e 24.04.18.

Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios e Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, designadamente no artigo 8º n.º 2 alínea c), prevê que “o programa de apoio pode assumir, designadamente, um dos seguintes tipos: ... Cedência de instalações e espaços físicos.”. Considerando que esta cedência pode ocorrer desde que se mostrem cumpridos os restantes condicionantes deste regulamento, expressos designadamente nos artigos 5º e 6º o que acontece no caso em apreço.

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja “A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”. No caso em análise consideramos que o interesse cultural está acautelado na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins culturais e pedagógicos com os quais a autarquia certamente se identifica. Com este espetáculo pretende-se dar a conhecer à comunidade marinhense a atividade prosseguida pelo Sport Operário Marinhense, na área do ensino da música, e possibilitar assim o espetáculo com a participação das crianças e jovens que frequentam o departamento de música daquela associação.

Considerando que a cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º não havendo motivos que justifiquem o seu indeferimento.

Considerando que ao abrigo do artigo 14.º n.º 3 alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande: “As associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários”, estão isentas do pagamento de taxas, o que se aplica ao caso.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da**

**Marinha Grande, isentar o Sport Operário Marinhense do pagamento da taxa de utilização da Casa da Cultura.**

**Mais delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com a alínea c) do n.º 2 do artigo 8º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios e Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra e com a alínea c) do artigo 6.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura – Teatro Stephens, ceder a sua utilização ao Sport Operário Marinhense no dia 29 de junho de 2018, para realização do espetáculo do Departamento de Música, cujo apoio em espécie foi orçamentado em 570€: custos com o pessoal de apoio à sala (170€: 3h x 5 elementos – 1 técnico de produção palco + 1 funcionária da receção + 3 funcionários de apoio à sala) e técnicos de som e luminotecnia (400€).**

**Esta cedência é ainda efetuada nas seguintes condições:**

- A Direção do Sport Operário Marinhense fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores remetendo ao município a respetiva autorização de modo a que possa ser solicitada à IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais a licença de representação;**
- A Direção do Sport Operário Marinhense fica responsável pela exploração da bilheteira para este espetáculo devendo para o efeito elaborar os bilhetes conforme modelo a facultar pelo Município;**
- A Direção do Sport Operário Marinhense deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**59. Proposta de fixação de preços de bilhetes para espetáculos de setembro a dezembro de 2018 na Casa da Cultura Teatro Stephens.**

481 - Presente I/953/2018 com proposta detalhada de programação para a Casa da Cultura Teatro Stephens para o quadrimestre setembro dezembro de 2018, bem como proposta de fixação do preço dos respetivos bilhetes de ingresso.

Considerando a alínea b) do n.º 2 do Artigo 6º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens;

Atendendo ainda que, por forma a possibilitar a venda de bilhetes para os espetáculos propostos e de acordo com o n.º 9 artigo 26.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens é competência da Câmara fixar por deliberação o preço dos bilhetes “limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30 euros”;

Considerando a candidatura Rede Intermunicipal Leiria Região Cultural e a programação nela considerada e aprovada, cujos espetáculos a realizar são gratuitos;

Considerando que de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Que segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Considerando a proposta de fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de setembro a dezembro de 2018 na CCTS:

Data	Efeméride/Género Artístico	Artista/Projeto	Cachet c/ IVA	Preço Bilhete Proposto
15 SET	Música - Fado	Cristina Maria	2.460€	5€
27 SET	Stand Up Comedy	Pedro Tochas	3.720,75€	CIMRL Gratuito
29 SET	Teatro	XXI Festival Teatro ACASO	2.816€*	5€
1 /4OUT	Música - Sapateado	Cadernos de Viagem	3.075€	CIMRL Gratuito
13 OUT	Infantil Cruzamento artístico	Um, dois, três... ploc! Pinga outra vez.	2.214€	3€
25 OUT	4º Aniversário	Viviane canta Edith Piaf	6.061,44€	10€
27 OUT	Teatro	XXI Festival Teatro ACASO	*	5€
9 NOV	Música	Songbird	2.091,00€	CIMRL Gratuito
16 NOV	4º Festival Jazz da MG	Paula Oliveira Quinteto	2.000€	5€
17 NOV	4º Festival Jazz da MG	João Paulo Esteves da Silva Trio	3.690€	5€
23 NOV	4º Festival Jazz da MG	Gonçalo Marques Quinteto	2.000€	5€
24 NOV	4º Festival Jazz da MG	Orquestra do Hot Clube de Portugal -70 anos	4.920€	8€
13 DEZ	20º Aniversário Museu Vidro Música Clássica	Transparências	1.845€	1€
15 DEZ	Infantil Teatro	O Flautista de Hamelin Musical	1.125€	CIMRL Gratuito

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do Artigo 6º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens, e das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a proposta e tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de setembro a dezembro de 2018 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

#### 60. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 para realização das marchas populares da Marinha Grande.

Sobre este processo o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse o seguinte:

*“Temos várias questões, que gostaríamos que a Sra. Presidente respondesse (dado que a Vereadora Célia está ausente):*

- *Quem organiza as marchas populares?*
- *Qual a razão para apenas ter três grupos?*
- *Onde se vão realizar as Marchas Populares?*
- *Qual o modelo das Marchas Populares?*

- *Os grupos já sabem quanto vai a Câmara comparticipar? Pela documentação parece que sim, mas nós na Câmara não temos conhecimento nem fizemos qualquer atribuição.*
- *Porquê só agora sabemos das Marchas Populares?”*

A **Sr.ª Presidente** informou que a Sr.ª Vereadora tem vindo a falar com a ACAMG sobre as marchas, e como já entraram 3 candidaturas entendeu trazê-las já. Depois será também dado um apoio à ACAMG, que vai organizar. São só 3 candidaturas porque foram as que apresentaram, embora tenha neste momento a informação da Chefe da DCD de que haverá mais uma.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que é triste haver só estas coletividades a marchar, e pensa que algumas não avançaram porque não têm dinheiro e não sabem o que a Câmara lhes vai atribuir. Vão-se abster, com declaração de voto e com uma nota de grande angústia.

482 - Presente informação I/1318/2018, da DCD, datada de 21 de maio de 2018, grelha de classificação e relatório da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 79, de 16 de março de 2018, da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa às candidaturas a seguir mencionadas, cujo objeto é a realização das **Marchas Populares da Marinha Grande**, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/4083/2018, de 24 abril	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Marchas Populares da Marinha Grande	Pontual
E/4418/2018, de 7 maio	502870419	ASURPI	Marchas Populares da Marinha Grande	Pontual
E/4440/2018, de 9 maio	501611410	Clube Desportivo e Recreativo de Amieira	Marchas Populares da Marinha Grande	Pontual

**Considerando:**

- Que as candidaturas apresentadas cumprem os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 11º e 12º do Regulamento;
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas aqui presentes obtiveram uma pontuação de 33,6 pontos, sendo assim objeto da proposta de admissão em anexo;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;



- Considerando o relatório e respetivas grelhas de avaliação da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, nomeada através do despacho em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** das candidaturas abaixo referidas, cujo objeto é a realização das **Marchas Populares da Marinha Grande**, previstas para os dias 15, 16 e 17 de junho de 2018.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4083/2018, de 24 abril	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Marchas Populares da Marinha Grande	33,6
E/4418/2018, de 7 maio	502870419	ASURPI	Marchas Populares da Marinha Grande	33,6
E/4440/2018, de 9 maio	501611410	Clube Desportivo e Recreativo de Amieira	Marchas Populares da Marinha Grande	33,6

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas acima referidas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Melina Mira Domingues, que proferiram a seguinte declaração de voto:

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**As Sr.ªs Vereadoras Alexandra Dengucho e Lara Lino proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Votamos favoravelmente a admissão das candidaturas lamentando o facto de apenas existirem 3 participantes, lamentando a falta de empenho da Câmara Municipal na realização de um evento levado a cabo pelo movimento associativo, que poderia ser um evento de âmbito distrital e até nacional, mobilizador de toda a população e atractivo para pessoas de fora do concelho.*

*Da informação que temos, à semelhança do ano transacto, o executivo com pelouros demonstrou total desprezo por esta iniciativa não sendo catalisador da mesma e colocando sistematicamente obstáculos, e parecendo querer continuar a ser um travão ao desenvolvimento cultural do concelho.*

*Esperemos que no próximo ano as marchas populares possam ter outra dinâmica impulsionada pela própria Câmara Municipal, que não pode nem deve ficar à espera que as coisas apenas aconteçam para depois lhes pôr entraves mas sim deverá chamar a si o movimento associativo apoiando na organização deste e de outros eventos que possam colocar o nome da Marinha Grande no mapa da cultura popular nacional.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**61. Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 – SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel – Verão cultural de S. Pedro de Moel 2018.**

Sobre este processo o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse o seguinte:

*“Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações, e muito mais quando falamos de turismo. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este nem qualquer outro apoio algumas vezes deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos critérios, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

483 - Presente informação I/1214/2018, da DCD, datada de 09 de maio de 2018, grelha de classificação e relatório da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 79, de 16 de março de 2018, da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa à candidatura apresentada pela **SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel**, cujo objeto é a realização do **Verão Cultural de S. Pedro de Moel 2018**, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
E/3589/2018, de 12 de abril	510447562	SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel	Verão Cultural de S. Pedro de Moel 2018	Pontual

**Considerando:**

- Que a candidatura apresentada cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 11º e 12º do Regulamento;
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento.
- Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que a candidatura obteve uma pontuação de 33 pontos, sendo assim objeto da proposta de admissão em anexo;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Considerando o relatório e respetivas grelhas de avaliação da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, nomeada através do despacho em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** da candidatura apresentada pela **SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel**, cujo objeto é a realização do **Verão Cultural de S. Pedro de Moel 2018**,

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/3589/2018, de 12 de abril	510447562	SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel	Verão Cultural de S. Pedro de Moel 2018	<b>33,0 pontos</b>

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa

ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente

**Atividades Pontuais:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/3589/2018, de 12 de abril	510447562	SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel	Verão Cultural de S. Pedro de Moel 2018	Pontual	33,0	Admitir

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Melina Mira Domingues, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**62. Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 – Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira – Passagem de ano 2018/2019 na Praia da Vieira.**

Sobre este processo o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse o seguinte:

*“Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações, e muito mais quando falamos de turismo. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este nem qualquer outro apoio algumas vezes deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos critérios, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

484 - Presente informação I/1273/2018, da DCD, datada de 18 de maio de 2018, grelha de classificação e relatório da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 79, de 16 de março de 2018, da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa à candidatura apresentada pela **Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira**, cujo objeto é a realização da **Passagem de Ano 2018/2019 na Praia da Vieira**, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
E/4451/2018, de 11 de maio	501639969	Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira	Passagem de Ano 2018/2019 na Praia da Vieira	Pontual

**Considerando:**

- Que a candidatura apresentada cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 11º e 12º do Regulamento;
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento.
- Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que a candidatura obteve uma pontuação de 32,8 pontos, sendo assim objeto da proposta de admissão em anexo;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Considerando o relatório e respetivas grelhas de avaliação da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, nomeada através do despacho em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** da candidatura apresentada pela **Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira**, cujo objeto é a realização da **Passagem de Ano 2018/2019 na Praia da Vieira**.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4451/2018, de 11 de maio	501639969	Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira	Passagem de Ano 2018/2019 na Praia da Vieira	<b>32,8 pontos</b>

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente

**Atividades Pontuais:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/4451/2018, de 11 de maio	501639969	Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira	Passagem de Ano 2018/2019 na Praia da Vieira	Pontual	32,8	<b>Admitir</b>

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Melina Mira Domingues, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **TEMPOS LIVRES E DESPORTO**

### **63. Apoios e Patrocínios - Festas da Cidade 2018 - Distrigrande/Intermarché Marinha Grande**

Sobre este processo o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse o seguinte:

*“Na proposta de deliberação é dito: “No que respeita à presença institucional e promocional nos meios e suportes de divulgação das Festas da Cidade 2018, e considerando a proximidade da data de início do evento, a inclusão das marcas “Intermarché” e “Telepizza” nos materiais e suportes de divulgação será realizada se ainda for possível produzi-los.”*

- Quantos patrocinadores idênticos ao Intermarché foram contactados? (Continente, Pingo Doce, Minipreço, Aldi, etc.)*
- Qual o critério para o patrocínio ser de 1.250€? Por este valor qual a divulgação que a camara vai fazer?*
- Qual a razão porque só agora, ficando sem tempo para incluir nos suportes de divulgação?*

**Seguidamente apresentou o seguinte requerimento:**

**“REQUERIMENTO:** orçamento das Festas da Cidade, com descritivo das despesas e das receitas, incluindo todos os patrocinadores. Agradecia que nos enviassem durante esta semana, antes das Festas se realizarem.”

485 - Presente a informação nº I/1341/2018 de 22 de maio de 2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, relativa a patrocínios e apoios às “Festas da Cidade”, edição de 2018.

De acordo com esta informação, foi estabelecido contacto com esta entidade, visando obter a associação das marcas “Intermarché” e “Telepizza” ao evento tendo em conta a sua relevância pública e económica na cidade.

Tratando-se um evento de massas, com grande visibilidade a uma escala geográfica alargada, a associação desta marca comercial a uma realização deste tipo é considerada vantajosa por parte da empresa que vê aqui uma importante oportunidade de comunicar com o seu público-alvo, promovendo, em simultâneo, os seus produtos.

Estima-se ainda que este apoio, de carácter logístico ou financeiro, possa permitir minimizar alguns custos de organização e o seu impacto no orçamento municipal.

Esta unidade comercial assumirá assim um apoio financeiro a conceder às “Festas da Cidade” no valor de 1250€ acrescidos de IVA à taxa de 23%;

Como contrapartidas a conceder destaca-se, a possibilidade de presença institucional e promocional nos meios e suportes de divulgação do evento e no espaço da Festa, durante o período que a antecede e ao longo dos três dias de duração do evento, com possibilidade de distribuição de ofertas de “merchandising”.

**A Câmara Municipal apreciou a informação supra referida e agradece formalmente ao Intermarché - Distrigrande Supermercado, Lda, com o NIF: 503367974, a concessão do apoio financeiro às “Festas da Cidade 2018”, no valor de 1250€ acrescidos de IVA à taxa de 23%, expressando ainda a sua concordância com as contrapartidas solicitadas, com efeitos e a concretizar a partir da data desta deliberação, o que permitirá minimizar o financiamento público que decorre da organização do evento pela Câmara Municipal, reconhecendo a importância determinante de que se reveste este tipo de parceria, em benefício da comunidade local. No que respeita à presença institucional e promocional nos meios e suportes de divulgação das Festas da Cidade 2018, e considerando a proximidade da data de início do evento, a inclusão das marcas “Intermarché” e “Telepizza” nos materiais e suportes de divulgação será realizada se ainda for possível produzi-los.**

**A Câmara Municipal delibera assim acolher esta receita, que se reveste de carácter excecional, ao abrigo do artº 33, nº 1, alínea j) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que deverá ser registada contabilisticamente através da rubrica 06.01.02., que respeita à classificação de transferências correntes Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**64. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo - Atlético Clube Marinhense - Apoio à construção de dois relvados sintéticos de futebol de sete - Pedido de revisão do contrato - Alteração superveniente e imprevista de circunstâncias - Venda dos campos de jogos.**

A **Sr.ª Presidente** referiu que há duas alternativas: a proposta agendada, que vem em aberto, e também a proposta para audiência prévia, pelo que disse que gostaria de ouvir a opinião dos Srs. Vereadores.

Os **Srs. Vereadores** colocaram dúvidas de natureza jurídica, que já não foi possível esclarecer, dado o adiantado da hora.

**Deste modo, a Sr.ª Presidente retirou o ponto, para esclarecimento pelo Gabinete Jurídico.**



**65. Audiência prévia da candidatura do Clube de Atletismo da Marinha Grande – 1º Meeting de lançamentos Cidade de Cristal - Apreciação de alegações - Proposta de admissão**

Sobre este processo o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse o seguinte:

*“Ainda bem que foi revista a posição da câmara e foi decidido admitir esta candidatura. Era uma injustiça ter um projeto destes excluído e só demonstra a falta de rigor dos critérios existentes e a necessidade do novo regulamento que este executivo permanente insiste em não apresentar.*

*Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações, e muito mais quando um projeto vai ter visibilidade nacional. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este nem qualquer outro apoio algumas vezes deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos critérios, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

486 - Presente deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 19 de março de 2018, que apreciou a candidatura Clube de Atletismo da Marinha Grande, com vista à obtenção de apoio à realização do “1º Meeting de Lançamentos Cidade de Cristal”, que consiste, em síntese, na realização de uma prova atletismo na modalidade de lançamentos, para a qual foi determinada a realização de audiência prévia da entidade interessada, sobre a sua intenção de exclusão da candidatura, com os fundamentos nela explanados.

Presente notificação de audiência prévia efetuada por ofício S/1199/2018 de 23 de março de 2018

Presentes alegações apresentadas pela entidade;

Presente informação n.º I/1314/2018 da DCD, datada de 21 de maio, acompanhada do relatório da Comissão de Apreciação de Candidaturas, que aqui se dá para todos os efeitos, por integralmente reproduzido, em que se propõe a admissão do pedido de apoio do Clube de Atletismo da Marinha Grande, apresentado e registado com o n.º E/8475/2018, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, com os seguintes fundamentos:

- Considerando que a informação e conteúdo das candidaturas apresentadas são avaliados objetivamente, em função do que ali é descrito, de facto, e tendo por referência os critérios estabelecidos em regulamento municipal, não permitindo interpretações que não as que decorram da observação estrita dos condicionalismos referidos;
- Considerando que foram acrescentados novos argumentos e informação mais detalhada suscetível de valorizar a candidatura e alterar a pontuação atribuída;
- Considerando as alterações referidas, foi efetuada reapreciação da candidatura e respetiva reavaliação, tendo sido apurada a classificação de 29,6 pontos e, por consequência, a formulada proposta de admissão da candidatura do Clube de Atletismo da Marinha Grande, fundamentada nos pressupostos acima descritos.

**A Câmara Municipal analisou e concordando com os fundamentos de facto e de direito expostos delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12**

**de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, determinar a admissão da candidatura apresentada pela entidade requerente.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Melina Mira Domingues, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**66. Atribuição de apoio – Clube Automóvel da Marinha Grande - Rallye Vidreiro Centro de Portugal - Marinha Grande**

Sobre este processo o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse o seguinte:

*“A candidatura refere que envolve mais de 10.000 pessoas, com um retorno económico-social superior a 1,5 M€. Como já referi anteriormente gostaria de ver este estudo, pois seria determinante para a nossa autarquia e até devia ser tido em conta para o apoio disponibilizado. Será que o valor que se pretende atribuir está de acordo com o retorno obtido para a economia local? Aprenderíamos onde podemos potenciar a economia do concelho e a utilizar bem os dinheiros da câmara. No entanto, este estudo não me foi enviado e como tal, não poderei sobre ele fazer mais nenhuma consideração.*

*Mas ainda bem que atribuímos um apoio ao Rallye Vidreiro. No entanto, registo que a atribuição de 67.000€ corresponde exatamente ao que foi solicitado na candidatura pelo Clube Automóvel. Ou seja, apoiamos 100% as necessidades do clube. Gostaria que outras candidaturas tivessem a mesma análise, mas infelizmente tal não acontece, e não entendo o porquê. Só demonstra a falta de rigor dos critérios existentes e a necessidade do novo regulamento que este executivo permanente insiste em não apresentar.*

*Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações, e muito mais num projeto que tem visibilidade nacional. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este nem qualquer outro apoio algumas vezes deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos critérios, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.*

A **Sr.ª Presidente** explicou que o estudo não é do Clube Automóvel da Marinha Grande mas sim da Federação. Não é um estudo do impacto económico mas sim do impacto mediático. O valor que se está a atribuir não é de 100%. O que se vai atribuir é aquilo que foi pedido, que são 67.000€, e não é o valor total do orçamento do rallye, que é de 129.000€.

**Após uma troca de opiniões sobre os valores atribuídos pela Câmara e os critérios que estão na base dessas atribuições, foi colocada a votação a seguinte proposta:**

487 - Presente deliberação de 30 de abril de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Atividades Pontuais:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/3314/2018	Clube Automóvel da Marinha Grande	501104305	Rallye Vidreiro Centro de Portugal - Marinha Grande	36

Presente informação nº I/1266/2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, o Clube Automóvel da Marinha Grande preenche todos os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento e propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade:

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA					
ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Clube Automóvel da Marinha Grande	Rallye Vidreiro Centro de Portugal - Marinha Grande	501104305	36	2018 / A / 189	67.000,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Melina Mira Domingues, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**As Srs.<sup>a</sup> Vereadoras Alexandra Dengucho e Lara Lino proferiram a seguinte declaração de voto:**

*«Votamos favoravelmente a atribuição do apoio ao Clube Automóvel da Marinha Grande para a realização do rallye por entendermos que é um evento importante para o concelho, pela dinamização económica que proporciona e pela visibilidade nacional e até internacional que dá ao nosso concelho.*

*Registamos que o apoio é dado a 100%, correspondendo exatamente ao que foi pedido e justificado pelo Clube Automóvel da Marinha Grande.*

*Recordo, no entanto, que relativamente ao Clube de Atletismo da Marinha Grande o mesmo solicitou um apoio de 800€ e a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Guerra propôs que fosse atribuído 300€, não conseguindo explicar cabalmente porque é que tendo o Clube de Atletismo justificado a necessidade dos 800€ a Sr.<sup>a</sup> Vereadora de forma absolutamente discricionária decide atribuir 300€. Recordo que o evento que o Clube de Atletismo vai levar a efeito no próximo dia 31 traz atletas nacionais, pessoas que visitam o nosso concelho, e por essa via também dá visibilidade.*

*Trata-se de apoiar atletas que praticam desporto! Como tal, pese embora apoiar convictamente a atribuição do subsídio ao Clube Automóvel para a realização do rallye, não posso deixar de lamentar este uso e abuso de “dois pesos e duas medidas”!»*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **EDUCAÇÃO**

### **67. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados - Escolas do 1º ciclo e jardins de infância do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente - Ano letivo 2017/2018 - 2ª fase**

488 - Presente informação nº 1110/2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 27/04/2018, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

Considerando que o Município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março;

Considerando o Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009 de 2 de março - que regulam as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios, nas modalidades de auxílios económicos, entre outras, destinados às crianças da educação pré-escolar, aos alunos dos ensinos básico que frequentam escolas públicas; e sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando o acesso à mesma, respetivamente;

Considerando que as normas legais mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios;

Considerando que o Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho vem reforçar a ação social escolar como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do máximo rendimento escolar de todos os alunos;

Considerando que, nos termos do artigo 11.º do Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2º escalão, o B);

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Considerando os 21 processos de pedido de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar em anexo;

Considerando o enquadramento dos mesmos face ao definido no n.º 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho.

**A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº1, do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, NIF: 600 075 761, com sede na Rua Profª Amélia Cândida, Boavista, 2430-053 Marinha Grande, um subsídio no valor de 720,00 euros - setecentos e vinte euros, para efeitos da distribuição dos auxílios económicos, relativos ao ano letivo 2017/2018 – 2ª fase, conforme quadros abaixo:**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE				
Estabelecimento de Ensino	100% (Escala A)	50% (Escala B)	Excluídos	Total
EB Albergaria	1	0	0	1
EB Amieira	0	0	0	0
EB Cumeira	1	0	0	1
EB Engenho	0	1	0	1
EB Garcia	0	0	0	0
EB João Beare	5	3	0	8
EB Picassinos	1*	0	0	1
EB Pilado	0	0	0	0
EB Trutas	1	0	0	1
JI Boavista	1	1	0	2
JI Cumeira	0	2	0	2
JI João Beare	0	0	0	0
JI Pedrulheira	3	1	0	4
JI Pilado	0	0	0	0
JI Trutas	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>21</b>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		Total
	Nº de Alunos	Valor unitário	
Pré-Escolar	4	50,00 €	200 €
1ºCEB	9*	40,00 €	340 €

Grau de Ensino	50% (Escala B)		
Pré-Escolar	4	25,00 €	100 €
1ºCEB	4	20,00 €	80 €

Grau de Ensino	Total	Ação do Plano
Pré-Escolar	300 €	2015/A/67
1ºCEB	420 €	2015/A/70
<b>TOTAL</b>	<b>720 €</b>	<b>Setecentos e vinte euros</b>

Mais delibera que, o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto de apoio financeiro e apresentar até 30 de outubro de 2018, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

**Para atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/67/2015 e A/70/2015 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**68. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados - Escolas do 1º ciclo e jardins de infância do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente - Ano letivo 2017/2018 - 2ª fase**

489 - Presente informação nº 1109/2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 27/04/2018, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

Considerando que o Município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março;

Considerando o Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009 de 2 de março - que regulam as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios, nas modalidades de auxílios económicos, entre outras, destinados às crianças da educação pré-escolar, aos alunos dos ensinos básico que frequentam escolas públicas; e sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando o acesso à mesma, respetivamente;

Considerando que as normas legais mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios;

Considerando que o Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho vem reforçar a ação social escolar como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do máximo rendimento escolar de todos os alunos;

Considerando que, nos termos do artigo 11.º do Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2º escalão, o B);

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Considerando os 19 processos de pedido de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar em anexo;

Considerando o enquadramento dos mesmos face ao definido no n.º 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho.

**A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº1, do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março, delibera atribuir ao Agrupamento de**



**Escolas Marinha Grande Poente, NIF: 600 076 768, com sede na Rua Prof. Nery Capucho, 2430-231 Marinha Grande, um subsídio no valor de 685,00 euros - seiscentos e oitenta e cinco euros, para efeitos da distribuição dos auxílios económicos, relativos ao ano letivo 2017/2018 – 2ª fase, conforme quadros abaixo:**

<b>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE</b>				
<b>Estabelecimento de Ensino</b>	<b>100% (Escala A)</b>	<b>50% (Escala B)</b>	<b>Excluídos</b>	<b>Total</b>
EB Casal de Malta	3*	1	0	4
EB Francisco Veríssimo	1	1	0	2
EB Fonte Santa	0	0	0	0
EB Amieirinha	1*	0	0	1
EB Moita	0	1	0	1
EB Guilherme Stephens	3	0	0	3
EB Várzea	1	0	0	1
JI Casal de Malta	3	0	0	3
JI Várzea	1	0	0	1
JI Francisco Verissimo	0	1	0	1
JI Ordem	2	0	0	2
JI Moita	0	0	0	0
JI Amieirinha	0	0	0	0
JI Fonte Santa	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>19</b>

<b>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE</b>			
<b>Grau de Ensino</b>	<b>100% (Escala A)</b>		
	<b>Nº de Alunos</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Total</b>
Pré-Escolar	6	50,00 €	300 €
1ºCEB	9*	40,00 €	300 €

<b>Grau de Ensino</b>	<b>50% (Escala B)</b>		
	<b>Nº de Alunos</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Total</b>
Pré-Escolar	1	25,00 €	25 €
1ºCEB	3	20,00 €	60 €

<b>Grau de Ensino</b>	<b>Total</b>	<b>Ação do Plano</b>
Pré-Escolar	325 €	2015/A/67
1ºCEB	360 €	2015/A/70
<b>TOTAL</b>	<b>685 €</b>	<b>Seiscentos e oitenta e cinco euros</b>

**Mais delibera que, o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto de apoio financeiro e apresentar até 30 de outubro de 2018, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.**

**Para atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/67/2015 e A/70/2015 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**69. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados - Escolas do 1º ciclo e jardins de infância do Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria - Ano letivo 2017/2018 - 2ª fase**

490 - Presente informação nº 1111/2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 27/04/2018, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria.

Considerando que o Município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março;

Considerando o Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009 de 2 de março - que regulam as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios, nas modalidades de auxílios económicos, entre outras, destinados às crianças da educação pré-escolar, aos alunos dos ensinos básico que frequentam escolas públicas; e sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando o acesso à mesma, respetivamente;

Considerando que as normas legais mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios;

Considerando que o Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho vem reforçar a ação social escolar como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do máximo rendimento escolar de todos os alunos;

Considerando que, nos termos do artigo 11.º do Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2º escalão, o B);

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Considerando os 7 processos de pedido de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar em anexo;

Considerando o enquadramento dos mesmos face ao definido no n.º 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº1, do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, NIF: 600 076 270, com sede na Rua António Pereira Coutinho, Apartado 6, 2430-909 Vieira de Leiria, um subsídio no valor de 240,00 euros - duzentos e quarenta euros, para efeitos da distribuição dos auxílios económicos, relativos ao ano letivo 2017/2018 – 2ª fase, conforme quadros abaixo:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA				
Estabelecimento de Ensino	100% (Escala A)	50% (Escala B)	Excluídos	Total
EB1 António Vitorino	1	2	0	3
EB1 Passagem	0	1	0	1
EB1 Praia da Vieira de Leiria	1	0	0	1
JI Vieira de Leiria	2	0	0	2
JI Praia da Vieira	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>7</b>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	2	50,00 €	100 €
1ºCEB	2	40,00 €	80 €

Grau de Ensino	50% (Escala B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	0	25,00 €	0 €
1ºCEB	3	20,00 €	60 €

Grau de Ensino	Total	Ação do Plano
Pré-Escolar	100 €	2015/A/67
1ºCEB	140 €	2015/A/70
<b>TOTAL</b>	<b>240 €</b>	<b>Duzentos e quarenta euros</b>

**Mais delibera que, o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto de apoio financeiro e apresentar até 30 de outubro de 2018, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.**

**Para atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/67/2015 e A/70/2015 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.<sup>a</sup> Presidente encerrou a reunião eram 19:00 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**